

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, FILOSOFIA E TEOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ARTE E HISTÓRIA  
DA CULTURA**

Sérgio Augusto da Silva

**PROPOSIÇÕES EDUCACIONAIS DE ALCEU AMOROSO LIMA.  
Da revolução de 1930 a constituição de 1934**

São Paulo  
2024

SÉRGIO AUGUSTO DA SILVA

**PROPOSIÇÕES EDUCACIONAIS DE ALCEU AMOROSO LIMA.  
Da revolução de 1930 a constituição de 1934**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, Arte e História da Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Martins Bueno.

São Paulo

2024

S586p

Silva, Sérgio Augusto da.

Proposições educacionais de Alceu Amoroso Lima [recurso eletrônico] : da revolução de 1930 a constituição de 1934 / Sérgio Augusto da Silva.

71 f.

Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2024.

Orientador: Marcelo Martins Bueno.

Referências bibliográficas: f. 65-73

1. Educação. 2. Revolução. 3. Constituição. 4. Era Vargas.  
5. Alceu Amoroso Lima. I. Bueno, Marcelo Martins. *orientador (a)*.  
II. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Marcela da Silva Matos –  
CRB 8/10691

**Autor:** SERGIO AUGUSTO DA SILVA

**Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em** Educação, Arte e História da Cultura

**Título do Trabalho:** PROPOSIÇÕES EDUCACIONAIS DE ALCEU AMOROSO LIMA.

Da revolução de 1930 a constituição de 1934

O presente trabalho foi realizado com o apoio de <sup>1</sup>:

- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- Instituto Presbiteriano Mackenzie/Isenção integral de Mensalidades e Taxas
- MACKPESQUISA - Fundo Mackenzie de Pesquisa
- Empresa/Indústria:
- Outro:

<sup>1</sup> **Observação:** caso tenha usufruído mais de um apoio ou benefício, selecione-os.

SÉRGIO AUGUSTO DA SILVA

PROPOSIÇÕES EDUCACIONAIS DE ALCEU AMOROSO LIMA.

Da revolução de 1930 a constituição de 1934

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Educação Arte e História da Cultura.

Aprovada em 22 DE FEVEREIRO DE 2024

BANCA EXAMINADORA


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcelo Martins Bueno  
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof. Dr. WESLEY ESPINOSA SANTANA  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

 Documento assinado digitalmente  
FRANSMAR BARREIRA COSTA LIMA  
Data: 26/02/2024 06:31:25-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. FRANSMAR BARREIRA COSTA LIMA  
Examinador Externo

Uma pessoa inteligente aprende com os seus erros, uma pessoa sábia aprende com os erros dos outros. (Augusto Cury)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao Instituto Presbiteriano Mackenzie por abrir as portas para minha formação acadêmica. Gostaria de agradecer a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura por fazerem parte desse caminho. Agradecer a toda minha família e amigos, e em especial o professor Dr. Marcelo Martins Bueno, pois sem a sua paciência, sabedoria e companheirismo eu não teria construído este trabalho de conclusão. E especialmente a minha mulher Cristina e filha Maria Eduarda pela cumplicidade e compreensão das minhas ausências.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1: O MALOGRO DA VELHA REPÚBLICA, A CRISE NA POLÍTICA CAFÉ COM LEITE E A REVOLUÇÃO DE 1930</b> .....	14
1.1 As razões que geraram a revolução de 1930 e o renascimento do nacionalismo brasileiro. ....	14
1.2 Trajetória política e social do governo Getúlio Vargas de 1930 a 1934	17
1.3 A educação no governo provisório. Caminhos que se entrelaçam na construção social. ....	22
1.4 Escola nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada ....	27
<b>CAPÍTULO 2: NOVA PROPOSTA EDUCACIONAL E A IDEOLOGIA CATÓLICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA</b> .....	32
2.1 Ideias novas (trans)vestidas das velhas ideologias .....	32
2.2 As indicações pedagógicas de Alceu Amoroso Lima. Uma manifestação educacional nacionalista.....	41
2.3 O debate pedagógico em Humanismo Pedagógico .....	46
<b>CAPÍTULO 3: INDICAÇÕES POLÍTICAS E RESTAURAÇÃO PEDAGÓGICA</b> .....	50
3.1 Posições políticas e religiosas entre a revolução de 32 até a constituição de 34. ....	50
3.2 Proposições finais e os destinos após constituição de 1934 .....	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	62
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	67



## RESUMO

Foi na Revolução de 1930 que a igreja católica encontrou uma oportunidade de mudar o status da sua função política no quadro brasileiro, perdida em 1889, com o início do período republicano, onde constitucionalmente o Brasil tornar-se um Estado laico. A partir desse ano o país vivencia um período de mudanças extremas em todos os setores, seja ele político ou social, e é na área da educação que um grupo de católicos denominados laicatos apoiados pela Santa Sé apresentam suas propostas educacionais para intervir num período de mudanças que vivia o Brasil, após um derrocado período da Velha República. Tendo como líder Alceu Amoroso Lima (1893-1983) que propõe um debate nacional contra uma educação laica, a favor de uma pedagogia que tinha nas suas intencionalidades, a sua renovação e o fortalecimento do nacionalismo brasileiro, vertente essa alinhada como uma das propostas de Getúlio Vargas, para compor o seu governo provisório e a sua promessa da elaboração de uma nova constituição. O Humanismo Pedagógico escrito entre 1931 e 1943 por Alceu Amoroso Lima tem em si uma fórmula concreta para trazer de volta o homem ao seu princípio e a uma renovação espiritual, partindo máxima de que, a educação existe para o homem e não o homem para educação, pois esse, segundo o cristianismo, já nasce corrompido e o seu aprendizado tornou-se falsificado. Sendo assim, Alceu Amoroso Lima propõe uma pedagogia que tinha como finalidade mudar essa perspectiva de formação focada no homem e no poder, oriunda de séculos de desencontros com Deus.

### **Palavras-chave.**

Educação; Revolução; Constituição; Era Vargas; Alceu Amoroso Lima.

## **ABSTRACT**

It was in the Revolution of 1930 that the Catholic Church found an opportunity to change the status of its political function within the Brazilian framework, lost in 1889 with the beginning of the republican period where Brazil constitutionally became a secular state. From that year onwards, the country experienced a period of extreme changes in all sectors, whether political or social, and it was in the area of education that a group of Catholics called laity, supported by the Holy See, presented educational measures to intervene in the exaltation of communist ideas. of the time and in the restoration of the social morality that Brazil experienced during the collapse of the Old Republic period. Having as leader Alceu Amoroso Lima, who intervenes in a national debate on secular education, a pedagogy that had in its intentions, the renewal of morals and the strengthening of Brazilian nationality through education, aspects that are aligned with the proposals of Getúlio Vargas, among others., to form his provisional government and his promise to draft a new constitution. Pedagogical Humanism written between 1931 and 1943 by Alceu Amoroso Lima has in itself a concrete formula to bring man back to his beginnings and to a spiritual renewal, starting from the first fruits that education exists for man and not man for education , because, according to Christianity, he is born corrupt and his learning has become falsified. Therefore, Alceu Amoroso Lima proposes a pedagogy that aimed to change this perspective of training focused on man and power, arising from centuries of disagreements with God.

### **Key words.**

Education; Revolution; Constitution; Vargas period; Alceu Amoroso Lima.

## INTRODUÇÃO

A Revolução de 1930 no Brasil dá início a Era Vargas (1930-1945), que veio marcado com propostas de mudanças, na política, no social e na educacional, como também uma carga substancial de ideias nacionalistas. As referidas propostas são resultados de uma série de reveses ocorridos no país, principalmente no período de 1920 até 1929. Esses fatos foram engatilhados por eventos como o malogro da Primeira República, os conturbados problemas econômicos e eleições fraudulentas, ideias comunistas que se expandiam e trouxe como golpe final a crise política nas oligarquias entre São Paulo e Minas Gerais, que sustentavam uma cortesia conhecida como a política do café com leite. Esses foram os fatores que contribuíram para a Revolução de 1930 e junto dela a promessa uma nova república, o fim das oligarquias, o alicerce de ideias capitalistas e de implantações de futuras e modernas indústrias, respaldando mudanças em diversas instâncias na sociedade brasileira.

Dentro dessas mudanças, uma teve sua importância em destaque, a educação. Para Vargas não haveria mais condições de se manter uma educação que não contivesse uma base impulsionadora para suas pretensões capitalistas e nacionalistas e para tal missão se apoiou na proposta de intelectuais progressistas que propunham uma educação universal, gratuita e laica. Essas ideias, ao adquirirem volume na narrativa dos propósitos do seu governo provisório, encontram um oponente, a igreja católica que introduz nesse panorama, um debate acirrado acerca de uma educação laica e revida com uma sugestão pedagógica renovadora e humanista. Liderada por Alceu Amoroso Lima que com o seu Humanismo Pedagógico envolve Vargas numa proposta, não apenas educacional, mais portadora de uma renovação pedagógica para resgatar a ética e a nacionalidade que seu governo necessitava.

Nesse contexto, a narrativa desse trabalho trará, em especial, desvendar as especificidades advindas da relação entre o projeto político nacionalista de Vargas com a proposta pedagógica de Alceu Amoroso Lima. Neste sentido, esta pesquisa trará as conjunturas ocorridas no debate entre a Escola Nova e as propostas da igreja católica do campo educacional. O tema Humanismo Pedagógico tem sido instrumento de pesquisa em diversas áreas do conhecimento e aqui trataremos em particular, a influência e os resultados de uma

proposta que teve a atenção de Getúlio Vargas, pois se encaixava perfeitamente em suas intenções políticas, éticas e de cunho nacionalistas.

O recorte histórico aqui apresentado, debruça-se na influência de Alceu Amoroso Lima que ilustrou de modo próprio seus desígnios com as propostas de extinguir o comunismo e restaurar a uma espécie de ordem social no Brasil, se apropriando de um apoio político mesmo que, num período de incertezas para a igreja, pois caminhava num terreno de rejeições e de poucas concessões para pregações - oriundas da constituição de 1891- que lhe retirou importantes condições que lhes favoreciam politicamente e irão ser restauradas na constituição de 1934. Nesse contexto, surge uma questão que será especificada e desvelada: quais as premissas pedagógicas levantadas por Alceu Amoroso Lima e adotadas por Getúlio Vargas para serem consagradas na constituição de 1934?

Para atingirmos esse objetivo, este trabalho está estruturado em três capítulos sendo que no primeiro será apresentado a trajetória política e social do governo de Getúlio Vargas entre 1930 e 1934, período conhecido como governo provisório. Apesar da forma contundente como Vargas tomou o poder e apresentando o perfil de comandante e autoritário, porém carismático, Getúlio Vargas foi também conhecido como o pai dos pobres, ostentando um discurso de compromisso social com os mais necessitados e principalmente com os trabalhadores.

No segundo capítulo, será relatado os processos ideológicos da educação da igreja católica, que não apenas seria capaz de fortalecer a educação com base nas ideias da Revolução, mas um imponente instrumento de restauração da ordem e da moral e expor conjuntamente a proposta pedagógica de Alceu Amoroso Lima que apresenta o seu teor o Humanismo Pedagógico, a estruturação do espírito humano e a tomada do nacionalismo brasileiro. Por fim, o terceiro capítulo trará o desfecho de uma disputa política associada a questões religiosas e o futuro da educação em busca de uma restauração moral de uma sociedade corrompida e derrocada e uma proposta para avassalar o comunismo que evoluía a cada dia nos movimentos trabalhistas e entre as famílias. Por fim, o resultado das ações da igreja católica para regressar ao quadro político no Brasil perdido em 1891.

Após 43 anos, a nação elabora um documento jurídico de importância nacional oficialmente com a “proteção de Deus”. Nas palavras de Alceu Amoroso Lima, para o mundo, o humanismo estava sendo restaurado, para a igreja uma grande responsabilidade e para o Brasil um dever (AMOROSO,1936, p.11).

Neste intuito, o objetivo geral desse trabalho é desvendar as especificidades advindas da relação entre o projeto político de Vargas, no seu governo provisório com a proposta pedagógica de Alceu Amoroso Lima em que requer algumas interpretações de suas obras, pois para o autor somente por meio da reaproximação de Deus, o homem poderá se restaurar. Sendo assim, o homem restaurado por Deus resgatará a moral perdida pelos caminhos do mundo. Partindo-se de uma leitura mais cuidadosa, é possível despontar que para Alceu Amoroso Lima o Estado não colherá frutos da própria escolha humana, o resultado da própria vontade de Deus. Neste sentido, entende-se por que ele dedicou grande parte de sua vida a um tema dessa intensidade e nesse sentido a pesquisa se embala em numa contextualização histórica no intuito de aprofundar o entendimento de todo o processo e onde cada momento interferiu nos caminhar e nos resultados.

## **CAPÍTULO 1: O MALOGRO DA VELHA REPÚBLICA, A CRISE NA POLÍTICA CAFÉ COM LEITE E A REVOLUÇÃO DE 1930**

### **1.1 As razões que geraram a revolução de 1930 e o renascimento do nacionalismo brasileiro.**

Os fatos ocorridos anteriormente as eleições de 1930 é o ponto de partida para entrarmos na história e conhecermos o candidato a presidência Getúlio Vargas. Ele teve a sua formação política em toda a trajetória do período da velha república, que segundo alguns historiadores, foi um período em que o Brasil esteve estagnado econômica e politicamente, no entanto, faremos nesse tópico, um recorte nos 10 anos anteriores à eleição, pois assim seremos apresentados ao estopim que motivou à revolução de 1930, suas consequências e que resultou na mudança política e no rumo do país.

Na década de 1920, o Brasil passou por momentos de frentências e transformações que resultaram em complexas articulações e conchavos políticos praticados pela formação de uma elite que se perpetuou por quatro décadas sustentada pelo agronegócio. Um período controlado por uma máquina eleitoral, uma combinação de federalismo e individualismo que se passava por República, mantendo a ordem, em detrimento a vontade popular (RESENDE, 2003, p. 389). “Do ponto de vista político, o período da chamada República Velha caracterizou-se pelo predomínio incontestado dos grupos agrários, sob a hegemonia dos cafeicultores paulistas” (MENDONÇA, 2016, p.307).

Em meados de 1922, muitos movimentos contra a política da velha república tinham seus levantes anunciados, dentre eles o mais relevante foi o Movimento Tenentista, onde militares de baixas patentes, no caso os tenentes, em vários quartéis, se rebelaram. Apesar de aderirem o nome, houve também apoio de outras patentes como coronéis, capitães, majores e até soldados.

O tenentismo recebeu esta denominação uma vez que teve como principais figuras não a cúpula das forças armadas, mas oficiais de nível intermediário do Exército- os tenentes e os capitães. O alto comando militar do Exército manteve-se alheio a uma ruptura pelas armas, assim como a Marinha. O movimento, que tomou proporções nacionais, empolgou amplos setores da sociedade da época, desde segmentos oligárquicos dissidentes aos setores urbanos (FERREIRA; DELGADO, 2003, p.400).

O Movimento Tenentista iniciou suas manifestações em julho de 1924, diante de uma insatisfação com o governo de Artur Bernardes, eleito em 1922, numa eleição fraudulenta, motivando o “Levante dos 18 do forte de Copacabana” e a invasão ao Estado de São Paulo no objetivo de derrubar o governo. Apesar da força do movimento, esse foi levado ao fracasso, pois não obteve adesão em todo o país e os Estados que aderiram, nada realizaram, por falta de uma postura mais concreta e incisiva de seus presidentes. Os únicos que seguiram na luta, foram, o do Rio Grande do Sul e o estado do Paraná que juntos criaram a Coluna Prestes, que ao se unirem, marcharam por 13 estados brasileiros e mantiveram viva o movimento por um certo tempo, até sofrerem exílio em 1927 na Bolívia, dando um fim ao movimento (FERREIRA; DELGADO, 2003, pp.401- 403).

Em 1926 foi eleito para presidente, Washington Luiz (1926-1930) num clima menos conflitante, praticando um governo ameno comparado com o seu antecessor. “O governo Washington Luís decorreu em clima de relativa estabilidade. Os confrontos que marcaram os primeiros anos da década de 1920 pareciam estar contornados” (FERREIRA; DELGADO, 2003, p.403). Apesar de um governo popular devido ao seu carisma, um nível pacífico nas relações políticas, não teve o mesmo sucesso na questão econômica, afetado pelo setor mais importante e rico do momento, o do café. Sendo assim, Fausto (1997, p.129), afirma:

A crise não produziu a revolução, como uma espécie de curto-circuito em um sistema em pleno funcionamento e é possível mesmo especular sobre a eventualidade da queda da República Velha, independentemente dela. Mas, as contradições da economia cafeeira, das instituições que consagravam seu predomínio ganharam outra dimensão.

No ano de 1927, outra ocorrência veio para engrossar as ideias da revolução; após o estado de sítio que perdurou por todo o governo de Artur Bernardes (1922-1926), o presidente Washington Luiz passou a interagir com classes trabalhadoras. Em janeiro de 1927, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), volta a atuar na legalidade no governo, dois dias após esses avanços, o jornal “A Nação”, passou a circular a serviço do partido (FGV CPDOC)<sup>1</sup>. O PCB, passa a ser reconhecido e ocorre a partir daí uma ligação mais direta com os trabalhadores, membros do partido e diversas outras pessoas de vários países,

---

<sup>1</sup> CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Artur Guimarães de Araújo Jorge. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionários/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb> Acesso em: 024 07. 2022.

foram se aproximando de todos os sindicatos. Nesse mesmo ano, por meio da Lei Celerada<sup>2</sup>, o PCB volta a clandestinidade, porém, o estrago já estava feito, pois, a propagação de alistamentos estrangeiros nos sindicatos já era uma realidade irreversível permitindo a circulação clandestina de comunistas no meio de trabalhadores brasileiros e assim arraigar suas ideias dentro desses grupos (FGV CPDOC).

E como última cartada argumentativa para legitimar a Revolução, ocorreu após uma governança relativamente tranquila, Washington Luiz, politicamente falando, arrastava para baixo definitivamente a Velha República. Tratava-se do desmonte da tradicional indicação da sucessão presidencial conhecida como a política do café com leite, que particularmente, para aquele pleito, o atual presidente paulista indicasse um candidato de Minas Gerais para a sua sucessão. No entanto, Washington Luiz escolheu um candidato paulista quebrando assim, um elo político muito importante. Indicado para concorrer às eleições, Júlio Prestes, rompeu o acordo com Minas Gerais e indicou seu interesse em ocupar a presidência (FERREIRA; DELGADO, 2003,p.403).

Sentindo-se traídos, os mineiros uniram-se com o estado do Rio Grande do Sul e Paraíba, lançando para concorrer a eleição como candidato à presidência, o Governador Getúlio Vargas e João Pessoa como vice-presidente. “A divergência entre Minas e São Paulo abriu espaço para outra disputa e pretensões, sufocadas num passado não muito distante, pudessem ressurgir” (FERREIRA; DELGADO, 2003, p.403). Realizadas as eleições em março de 1930, o candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas foi derrotado. Enquanto alguns entusiastas reconheciam a derrota e davam a campanha por encerrada outros decidiram preparar um levante para mudar essa situação.

Nesse íterim, um acontecimento inesperado se tornou a grande bandeira da revolução, o então candidato a vice de Vargas foi assassinado no Recife, pois, embora esse fato nada tivesse a ver com as questões políticas mais recentes, os já insatisfeitos movimentadores da revolta transformaram a vítima em mártir, sensibilizando a opinião pública e acionando o engajamento do exército à causa.

---

<sup>2</sup> Lei Celerada (ou Lei Aníbal de Toledo), que combatia os chamados “delitos ideológicos”. Inspirada em uma determinação de 1890, a lei criminalizava todo e qualquer evento que incitasse a revolta dos empregados contra os seus patrões. Com isso, as inquietações do operariado seriam contidas nos grandes centros urbanos: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/a-lei-celerada.htm>.



Na sua carta a Borges de Medeiros<sup>3</sup>, Getúlio manifesta o nível de agravamento da situação,

Como já deve ser de seu conhecimento, o assassinio do presidente (da Paraíba) João Pessoa causou funda impressão em todo o país. Nesta capital, o povo manifestou-se energicamente em concorridos comícios de protestos ... Não devo, porém, ocultar-lhe que há aqui acentuada tendência revolucionária, principalmente entre os dirigentes do Partido Libertador e alguns prezados amigos nossos ... O atual momento político é bastante delicado. De uma parte, dizem os libertadores que ou o governo (gaúcho) faz a revolução ou eles rompem conosco quebrando a frente única. De outra, são os nossos companheiros que, mais exaltados, se manifestam francamente em favor do movimento armado (VARGAS,1930).<sup>4</sup>

A revolução de 1930 desponta na história do Brasil.

## 1.2 Trajetória política e social do governo Getúlio Vargas de 1930 a 1934

Precisamos, com maior urgência, dar sentido claro, diretrizes construtoras e regras uniformes à política educacional, o mais poderoso instrumento a utilizar no fortalecimento da nossa estrutura moral e econômica. Dentro dessa orientação se vem processando, precisamente, desde 1930, a atividade governamental. (VARGAS,1937, p.84).

O ano de 1930 foi um marco na história política do Brasil. Muitos historiadores se debruçaram em questionamentos e nos vários aspectos nesse contexto, na busca de uma melhor compreensão sobre um período que foi um divisor de águas na história política do Brasil.

[...] o Estado Novo mereceu especial atenção. Muitas pesquisas foram, e continuaram sendo realizadas com o objetivo de colocar novas questões a esse passado que levaram ao estudo de aspectos não abordados até então. (CAPELLATO, 2003, pp.111-2).

Esse período teve seu início na transição do governo da República Velha (1889–1930), caracterizado por problemas econômicos, políticos e sociais como principal atividade econômica a exportação, em particular o café que sofreu o impacto dessa crise. “A velha república aparece como um momento de transição, vago e incharacterístico [...] que assinale o predomínio da indústria sobre a agricultura” (CARONE,1973, p.5). A grande parte dos países capitalistas

---

<sup>3</sup> Antônio Augusto Borges de Medeiros foi um advogado e político brasileiro, tendo sido presidente do estado do Rio Grande do Sul por 25 anos, durante a República Velha e marcado pela defesa de valores positivistas. Disponível: [https://www.ebiografia.com/borges\\_de\\_medeiros/](https://www.ebiografia.com/borges_de_medeiros/). Acesso: 06/04/2023.

<sup>4</sup> Carta de Getúlio Vargas a Borges de Medeiros datada em 29/09/1930. Arquivo Getúlio Vargas, GV, 30.07.29. Citada em FERREIRA, Manieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f. Para mais, ver também: FERRERA Marieta de Moraes; PINTO. Surama Conde Sá. Op cit Acesso: 21.08.2023.

estavam sofrendo com a queda da bolsa em 1929 de Nova Iorque que se estende até o início de 1930. “A crise econômica capitalista internacional de 1929 afetou diretamente a economia brasileira ao derrubar o valor e o volume demandado de café por parte das economias importadoras do produto” (ABREU; VANNUCCHI, 2021, p.9).

Naquele momento também ocorre a décima segunda eleição presidencial no Brasil, que aconteceu no dia 1 de março de 1930, com resultado divulgado no dia 21 de maio, com a vitória nas urnas de Júlio Prestes. No dia 24 de outubro o presidente Washington Luiz é deposto, após a eleição vencida por Júlio Prestes que não pôde tomar posse, pois foi impedido por um movimento oposicionista. Getúlio Vargas toma posse em novembro do mesmo ano e registra em seu diário.

Em vez de o sr. Júlio Prestes sair dos Campos Elísios para ocupar o Catete, entre as cerimônias oficiais e o cortejo dos Elísios, bajuladores, eu entrei de botas e esporas nos Campos Elísios, onde acampeei como soldado, para vir no outro dia tomar posse do governo no Catete, com poderes ditatoriais (FAUSTO, 2006, p.41).

Vargas assumiu um país desestabilizado em várias instâncias e encontra uma presidência que tinha alianças como lideranças burguesas distanciadas com os interesses da classe média cafeeira, que estavam se unindo aos ideais tenentistas, que por si, refletiam acerca do atraso substancial a que o Brasil vinha apresentando nas questões políticas, sociais e econômicas.

O fato é que, o rompimento das oligarquias que predominavam o cenário da sucessão presidencial e a questão de que a classe média ter se identificado com o movimento tenentista, fortalece a ideia que não somente era econômico o movimento revolucionário.

O conflito entre dois segmentos teria evoluído para a revolução devido à cisão das oligarquias dominantes processada em torno da sucessão presidencial de 1929 e ao fato das classes médias terem encontrado expressão política no movimento tenentista (FERREIRA; DELGADO, 2003, p.19).

Getúlio Vargas surpreende a todos, pois apesar da imagem forte e de uma liderança autoritária, o que se via era um início de uma gestão prestigiando um grupo social menos favorecido por governos anteriores, os trabalhadores.

Ao assumir o poder, tomou medidas que já anunciavam uma nova maneira de encarar o desenvolvimento do país dentro da ordem. Criou o Ministério do Trabalho, que se responsabilizou

pela formulação de novas leis referentes ao mundo do trabalho e pela fiscalização da observância das que já existiam; tais medidas significavam o atendimento de uma reivindicação antiga dos trabalhadores brasileiros, mas também o controle do Estado nas relações entre patrões e operários. (CAPELATO,2003, p.115).

Nesse interim, os membros do Governo e a cúpula militar passaram a ser todos reestruturados, pois havia a imperatividade de minar alguns descontentamentos desses grupos, por outro lado, quanto aos civis descontentes, Vargas fechou o congresso, as câmaras estaduais e as municipais e finalizou com a revogação da constituição de 1891 e as dos Estados também (ABREU; VANNUCCHI, 2021, p.14).

Vargas possuía uma proposta central de industrialização que tinha como objetivo impulsionar o desenvolvimento do Brasil que ainda era dependente da exportação do café, implantou seu projeto que destinava a formação de blocos de industrialização, para tirar o Brasil da dependência da importação. Esse novo modelo de política monetária que tinha, dava a economia um caráter mais exponencial provocando um desfavorecimento nas importações e estimulando o crescimento industrial (SUZIGAN, 1986, p.36).

Vargas se uniu ao grupo dos liberais, pois confiava que o caminho estava em adotar competências protecionistas que cobrisse a indústria nacional, possibilitando o desenvolvimento econômico dentro do país, assim, nesse contexto nasce a indústria siderúrgica. “A indústria siderúrgica bastará por si só para garantir a independência econômica e a prosperidade do país.” (BONAVIDES; AMARAL, 2002, p.158).

Vargas em um de seus discursos proferiu,

Não podemos nos conformar com sermos apenas um país exportador de matérias-primas, porquanto essa condição é própria de países semicoloniais. Temos que tratar das nossas indústrias de transformação, de exportação de produtos manufaturados e da sua colocação nos mercados externos, de maneira a adaptar o nosso comércio às suas exigências, às suas peculiaridades e aos rumos seguidos pela sua economia. Não devemos nos vincular à doutrina uniforme, mas nos adaptarmos às condições e às necessidades de cada país no plano das relações comerciais (FONSECA,1989, pp.264-265).

Relembrando o governo anterior, a população brasileira na Velha República, vivia na condição de exclusão no estado de cidadão<sup>5</sup>. Além de que apesar de viverem em um regime democrático, poucos tinham o direito legítimo de praticar a cidadania, como os analfabetos e as mulheres que eram em torno de 80 % da população. Relembra Soihet (1997, p.7), a inferioridade imposta a mulher era um fato incontestável, pois lhe era permitido apenas cumprir suas obrigações naturais, ser mãe, fiel e obedecer ao marido.

Na questão trabalhista, não havia uma lei ou qualquer dispositivo que contemplassem os direitos dos trabalhadores, que trabalhavam por mais de 12 horas por dia e não tinham um dia de descanso, a não ser em feriados muitos específicos, como natal. Além do mais, os trabalhadores eram admitidos sem nenhuma garantia de estabilidade e eram demitidos sem nenhum ganho ou direito, mesmo em casos de acidentes de trabalho, os patrões não tinham nenhuma obrigação por lei de dar alguma assistência ou indenização (SEGATTO,1987, pp.22-23).

Após a Revolução de 1930 e ao longo do governo provisório<sup>6</sup>, Vargas empreendeu um novo direcionamento nas questões da vida do trabalhador valorizando, o trabalho, salário e folga de cada operário. O governo Vargas criou o Ministério do Trabalho da Indústria e do Comércio dando ao poder executivo a formulação e a aplicação da política trabalhista (D'ARAUJO,2003, p.223).

Getúlio Vargas apesar de ser um comandante, um homem de pulso firme, tinha um olhar atento a tudo e a todos, era determinado e tinha na fala e na atitude um modo acurado e autoritário. Mas apesar desse perfil, Vargas era conhecido pela população com o pseudônimo de “pai dos pobres”, caracterizado como uma figura pública, ostentava um discurso de responsabilidade social e de compromisso com bem-estar coletivo e de representar os desejos do povo, um salvador da pátria.

Getúlio Vargas tinha uma preocupação com a sua imagem diante da população e daqueles que estavam próximos, mesmo antes de se tornar presidente, a população já tinha no seu imaginário a ideia de um líder forte e um

---

<sup>5</sup> A defesa de um grupo minoritário, impediu que os interesses gerais incluindo a própria cidadania não tivesse espaço na agenda política republicana. As discussões em torno dos problemas sociais e da participação política dos cidadãos comuns, são praticamente ignoradas a favor dos interesses de pequenos grupos políticos.

<sup>6</sup>O Governo Provisório, sistema de governo implantado por Getúlio como primeira medida após a tomada do poder pela Aliança, exercia sobre os meios operários e um a política de ordem social, que era uma das principais bandeiras do Ministério e do próprio Governo.

homem benevolente e deixava isso claro nos seus discursos em comícios realizados para a população. Vargas apregoou os seus pensamentos e suas ideologias de forma esplêndida e influenciou populares e políticos. Derrotou seus oponentes e traçou assim a linha para a construção do Estado Novo desde o início da revolução e construiu com o apoio principalmente do povo, pois Vargas era popularmente chamado de pai dos pobres. De um lado a truculência de outro, a propaganda e persuasão (ABREU; VANNUCCHI, 2021, p.15). Em 1931, Vargas criou o DOP (Departamento Oficial de Propaganda) formulado para o controle da sua imagem perante a todos, também lhe era atribuído a divulgação das ações do governo e tinha como via, principalmente o rádio.

A propaganda que de um lado criava uma boa imagem ao presidente, também tinha um compromisso com a repressão. Para aqueles que aderiam aos modelos legislativos trabalhistas e as novas demandas políticas, eram muito bem-vistos e chamados de bons brasileiros, mas aqueles que não concordavam, não estavam alinhados com o governo, esses eram severamente punidos. Segundo Antunes (1991, p.48), tanto trabalhadores como líderes de sindicatos foram presos, deportados e até mortos.

Com o passar dos anos, ocorreram no Brasil muitos tipos de violências e arbitrariedades, já em janeiro de 1931 no Rio de Janeiro, ocorreu a “Marcha da Fome”, onde muitos participantes foram presos. Em 1932, uma greve de grandes proporções aconteceu e o sindicato da União dos Trabalhadores foi invadido, sendo que líderes grevistas foram presos, principalmente os filiados, ao partido comunista. Na data de 1 de maio de 1933, as festividades do Dia do Trabalhador foram acompanhadas de perto e os que entoavam palavras de ordem ou músicas referentes ao comunismo eram presos (ABREU & VANNUCCHI, 2021, p.15).

Com o governo provisório em curso há pouco mais de dois anos, lideranças do governo e os apoiadores da Aliança Liberal começavam a cobrar de Vargas uma nova eleição para que finalmente instalasse a democracia tão prometida. Sendo assim, no dia 24 de fevereiro de 1932, foi criado o primeiro código eleitoral do país. Na época, o código foi aclamado pelo então Ministro da Justiça, Mauricio Cardoso, como “carta de alforria do povo brasileiro” (Correio da Manhã, 1932, p.4).

Vargas não considerava um triunfo o código, para ele tratava-se apenas de uma medida constitucional, um novo regime de governo por meio da

legitimação popular (LOPES, 2006, p.19). Apesar da empolgação, o texto foi duramente criticado pela sua complexidade e de difícil execução, segundo especialistas, ficando engavetado até o final de 1931, quando foi finalmente apresentado (LOPES, 2006, p.19). Após três meses de outorga do Código Eleitoral já estava transcorrendo a revolução em São Paulo.

O estado de São Paulo contava com vários setores de força administrativa e econômica, compostos de cafeicultores, industriais, classe média e força pública que fizeram parte integral do conflito. No dia 22 de maio de 1932, as ruas de São Paulo foram tomadas em protesto contra o governo de Vargas que encaminhou uma junta para propor uma conciliação com o estado e com os interesses da nação. Essa intromissão resultou em violentas manifestações do exército e da força pública, a população nas ruas protestando foram agredidas, por partidários de Vargas. O resultado foi vários feridos e a morte de 4 jovens, cujo nomes tornaram-se a sigla MMDC em homenagem a Martim, Miragaia, Dráuzio e Camargo<sup>7</sup>.

Sem dúvida a revolução de 1932, provocou uma reorganização no cenário político nacional e representou um marco no processo de depuração das elites civis e militares [...] Depois da experiência de 1932, reestruturar as forças armadas e fazer delas um ator político significativo passou a ser uma das preocupações centrais de Vargas (PANDOLFI, 2007, p.26).

Após três meses de confronto armado, sem o apoio prometido de outros estados, sitiado e sem condições materiais de continuar o conflito, São Paulo se rendeu no dia 2 de outubro de 1932.

No entanto, a Revolução de 1932 liderada pelos paulistas serviu para que governo desse um outro rumo. Além de prometer a promulgação de uma nova Constituição, que viria em 1934, serviria para reorganizar a nação e assegurar a democracia.

### **1.3 A educação no governo provisório. Caminhos que se entrelaçam na construção social.**

Para abordarmos a educação pós 1930, torna-se inadiável entendermos o contexto dos anos antecessores ao golpe. Nesse sentido, iniciaremos esse contexto de educação no período do Brasil Império com a fundação do Colégio

---

<sup>7</sup> Os heróis da Revolução Constitucionalista de 1932. ASSEMBLIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. DISPONÍVEL: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=358013>. Acesso:21/07/2022.

de Pedro II e os primeiros Liceus onde ambos ministravam o ensino secundário<sup>8</sup>, marcados pelo regime de cursos preparatórios e exames parcelados. Nos Liceus e no Colégio Pedro II, raros eram os alunos que entravam nos cursos universitários (HAIDAR, 1972, p.58).

No período republicano, a partir da constituição de 1891, a União era responsável pelo ensino secundário e superior, já o ensino primário e o profissional não eram mais contemplados nesse documento. Ficava em aberto caso houvesse interesse da iniciativa privada de se responsabilizar por essa categoria que havia sido excluída. Sendo assim, os níveis secundários e superiores passaram a ser privilégio das elites e restou para classe popular, estudar nas escolas particulares.

A Constituição da República de 1891, que instituiu o sistema federativo de governo, consagrou também a descentralização do ensino, ou melhor, a dualidade de sistemas, já que, pelo seu artigo 35, itens 3.º e 4.º, ela reservou à União o direito de "criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados" e prover a instrução secundária no Distrito Federal", o que, conseqüentemente, delegava aos Estados competência para prover e legislar sobre educação primária. A prática, porém, acabou gerando o seguinte sistema: à União cabia criar e controlar a instrução superior em toda a Nação, bem como criar e controlar o ensino secundário acadêmico e a instrução em todos os níveis do Distrito Federal, e aos Estados cabia criar e controlar o ensino primário e o ensino profissional, que, na época, compreendia principalmente escolas normais (de nível médio) para moças e escolas técnicas para rapazes (ROMANELLI,1978, p.41).

Na revolução de 1930, o contexto que marcava o período, era um modelo de Estado intervencionista, tanto no aspecto econômico como no social e nesse sentido que os intelectuais da época passam a interagir por meios que viriam amparar alternativas para esse momento. Para Lopes (2006, p.87), desde 1920, já se buscavam um ideal civilizatório, uma crença regeneradora e progressista. Dessa maneira, almejavam um poder educacional que fosse capaz de civilizar e modernizar. Segundo Reis (1988, pp.5-9), uma tomada mais autoritária proveniente da nova política teria também respaldo na educação, passando a incorporar como base para um avante nacionalista no país.

A nomeação do Ministro da Educação foi um ponto chave. O primeiro a ser nomeado para o cargo, foi Francisco Campos, indicado pela igreja, que

---

<sup>8</sup> Neste período o Ensino Secundário estava nas mãos de particulares. O padrão era de alta sociedade e quem concluía o curso recebia o título de Bacharel e era dispensado dos exames para o ingresso no ensino superior em qualquer Faculdade do Império.

desde os primeiros dias já publicou uma série de decretos para a reforma da educação. Assim sendo, Rocha (2000, pp. 117-118) destaca,

É necessário salientar que a expansão do ensino privado de nível médio, nos anos de 1930 a 1940, não se explica apenas pelas razões sociológicas de um crescimento da demanda, em decorrência da expansão da industrialização e urbanização do país. Ela também é fruto de uma política de equivalência entre ensino público e ensino privado que trouxe ares de uma qualificação pública a um conjunto de novas escolas privadas, qualificação que antes ficara restrita a algumas poucas escolas de elite, que adquiriram legitimidade social por méritos próprios. Esta política pública de equivalências substituiu a ausência de uma política de expansão da rede pública de ensino médio que pudesse, inclusive, diversificar a procura por diversos tipos de ensino não a concentrando estritamente no de tipo secundário, conforme ensino ocorreu. Certamente que a expansão da demanda pelo ensino secundário tem a ver com o predomínio da oferta deste ensino (ROCHA, 2000, p.117-118).

Nesse contexto, o ensino secundário era direcionado para as classes médias e classes altas e tinha como objetivo a inserção de alunos no ensino superior, um grupo elitizado e intelectualmente que formariam um corpo burocrático para formação de dirigentes (BRITO, 2006, pp.1-24). Apesar de eliminar os exames preparatórios oficiais, o currículo era vasto e considerado enciclopédico, nos finais dos cursos havia exames extremamente rigorosos e, poucos passavam ilesos das provas. Para Romanelli (1978, pp.168-169), o novo sistema educacional de Francisco Campos, nada tinha de novo, visto que ainda possuía caráter dualista, pois parte grossa da população ainda era rural e analfabeta distante do acesso a essa formação e os que tinham acesso eram famílias privilegiadas da zona urbana. Sendo que, o currículo secundário foi elaborado para camadas sociais mais privilegiadas e o currículo dos cursos profissionalizantes direcionados para classe baixa, apesar de fornecer para ambos, o mesmo nível escolar.

Tratava-se de uma população que tinha urgência de preparar-se para o exercício de um ofício. Em se tratando de pré-adolescentes, a população que procurava as escolas de aprendizagem era a população que precisava começar a trabalhar mais cedo, portanto, não podia frequentar as escolas do sistema oficial. Em se tratando de adolescentes e jovens, a população que procurava preparo era a população que já estava empregada havia mais tempo. portanto, também fora do sistema escolar oficial, e exigindo qualificação para o trabalho, a fim de obter melhor remuneração (ROMANELLI,1978 p.168)



Apesar da crítica apontando ser uma educação elitista, não havia como negar que foi uma superação e considerável medida moderna na educação brasileira, pois possui relevâncias na sua composição como o fator da obrigatoriedade do mínimo de três quartos das aulas.

[...] Será obrigatória a frequência das aulas, não podendo prestar exame, no final do ano, o aluno cuja frequência não atingir a três quartos da totalidade das aulas na respectiva série (BRASIL, 1931, p.6).<sup>9</sup>

Esse item dava ao aluno o direito de prestar os exames finais. Mas a escola tinha outros debates a serem realizados e muitas medidas para serem mais concretas e dar ao governo Vargas uma legitimação e uma base moderna e futurista, para um mundo que já estava em mudança.

Muitas foram as tentativas de mudar e superar o sistema de cursos preparatórios e os exames parcelados, sem êxito, pois alguns estabelecimentos apostavam tudo nos cursos secundários, principalmente as escolas confessionais. A igreja católica estabeleceu diversas escolas secundárias sendo que em 1930, as escolas com esse regime eram inúmeras no Brasil (DALLABRIDA, 2005, p.77). Durante o governo de Getúlio Vargas, no final de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde, sinalizando o incremento de um Estado educador (BICUDO, 1942, pp.9-51).

A definição na educação pós 1930, possuía aspectos que norteavam o papel da ordem política e social, o Estado numa expressão nacionalista torna-se uma extensão da política educacional, assumindo o controle do sujeito da educação para que se tornasse o sujeito nacional (ROCHA, 2000, p.33).

A reforma a partir de 1930 especificamente no curso secundário, a rigor, não constituiu em nenhuma novidade, ela normalizou uma política educacional, que já se constituía no regime anterior, estabelecendo de forma significativa um ensino prioritário para o setor privado, em busca de uma evolução sem os custos públicos. Não havia interesse para o setor um sistema de educação pública, a preocupação era estabelecer novas exigências para as propostas de industrialização regente e atender ao novo modelo econômico. A intensificação do pensamento capitalista, as novas exigências educacionais vieram fortalecer

---

<sup>9</sup> BRASIL. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html> . Acesso em: 27.07.2022.

as novas ações e aspirações em função das ações do Estado (ROMANELLI, 1978, p.59).

A reforma do ensino Francisco Campos, teve foco no nível secundário, no universitário e profissionalizante; quanto ao ensino primário elementar, ficou a cargo do município e interesses regionais, essas medidas tinham tanto o conteúdo pedagógico quanto os procedimentos administrativos, todos focados para o ensino secundário, abolindo definitivamente os exames preparatórios, prática do período imperial (ROCHA, 2000, pp.34 e 35). Agora para dar sequência aos estudos universitários, o aluno teria que cumprir com as novas orientações pedagógicas e administrativas, que eram divididas em dois ciclos, onde no segundo ciclo, os alunos seguiam seu fluxo de estudo profissionalizante, que poderiam ser, de engenharia, medicina ou direito (ROCHA, 2000, pp.34 e 35). Nesse contexto, Luzuriaga (1934, p.269), nos alerta, que, apesar desse processo ter o arcabouço segregativo, era a o caminho para o ensino secundário, assim,

[...] assumiu relevo o problema de assegurar aos alunos intelectualmente bem-dotados — independentemente de suas classes sociais de origem — uma educação de acordo com suas aptidões, e isto não só para seu benefício individual como, também, para o maior proveito social (LUZURIAGA, 1934, p.269).

No entanto, a União insistiu nos exames preparatórios, tanto para a fiscalização como para a equitação das escolas secundárias, nesse sentido a república ascendeu uma política de equiparações almejada pelo patronato do ensino, essa medida alcançou os interesses da escola privada (ROCHA, 2000, pp.36 e 37).

A reforma educacional tinha uma concepção ideológica e um compromisso político com os ideais da revolução de 30, assim não se restringiu apenas na educação, mas, também teve um papel importante nos ideais políticos de Vargas, convencendo-o a se unir aos líderes católicos, em busca de apoio, assim a igreja se juntou a educação e traz consigo elementos que compunham ao movimento tenentista (HORTA, 1994, p.99).

Em 1931 foi promulgado o decreto nº 19.941<sup>10</sup> que introduz a educação religiosa no currículo das escolas públicas, essa implementação criou um

---

<sup>10</sup> Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931, como parte integrante do pacto que Francisco Campos costurou entre o Governo Provisório e a Igreja Católica tendo em seus respectivos artigos Art. 1º Fica facultado, nos estabelecimentos

impacto e uma acirrada disputa entre a educação católica e a proposta da educação laica, sendo esse parecer relacionados com os pensamentos escola novista (ROCHA, 2000, p.39).

A Revolução de 1930, foi resultado de uma série de problemas políticos, econômicos e sociais que ao longo do tempo desestruturou a Velha República, que deu espaço a novas possibilidades, entre elas o crescimento do processo de industrialização, o que possibilitou mudanças estruturais da sociedade aspirando a necessidade de expansão no trato à educação (ROMANELLI,1978, p.60).

Dessa forma, Vargas encontrou na área de educação um grande desafio, além dos problemas de estrutura e infraestrutura, se depara com uma disputa ideológica estendida num conflito de interesses entre o grupo que defendia a educação pública e os que já defendiam a escola privada. Porém, a proporção do debate tinha outros teores. Segundo Azzi (2008, pp.142-152.), a igreja defendia a continuidade da educação focada nos padrões cristãos, na tradicionalidade sexual e na elevação da família tradicional em detrimento; o que seria uma educação que negava a moral, uma escola leiga que se opunha aos credos e a religião.

Esse debate sobre educação gerou muitos conflitos políticos e ideológicos que iriam ser representados futuramente na constituição de 1934. Basta esclarecer que a intensa movimentação das ideias capitalistas no Brasil após a revolução, cresceu fortemente e determinou toda a característica do país, e na educação não seria diferente, pois a estrutura antiquada e oligárquica não tinha mais fundamento e nem frutos, o momento exigia novas demandas educacionais. O novo Brasil inspirava profundas modificações sociais e culturais e na educação o Estado enxergava a possibilidade de elevar o brasileiro a uma nova nação (ROMANELLI,1978, p. 59).

#### **1.4 Escola nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada**

A educação para a democracia requer que a escola se converta em “uma instituição que seja, provisoriamente, um lugar de vida para a criança, em que ela seja um membro da sociedade, tenha consciência de seu pertencimento e para a qual contribua” (DEWEY,1895, p. 224).

---

de instrução primária, secundária e normal, o ensino da religião. Art. 2º Da assistência às aulas de religião haverá dispensa para os alunos cujos pais ou tutores, no ato da matrícula, a requererem.

Para Dewey<sup>11</sup>, a construção de uma sociedade democrática se faz com o maior agrupamento de interesses comuns e com a confiança que para tais resultados havia a certeza dessas orientações e para esses interesses, que somente ocorrerá por meio da educação (DEWEY, 1895, p.85). Dentro dessa perspectiva Anísio Teixeira<sup>12</sup>, ex-aluno e um propagador de Dewey no Brasil, acreditava que a escola somente poderia ser um instrumento da democracia se pudesse exercer sua função em plena liberdade. “Democracia sem educação e educação sem liberdade são antinomias, em teorias, que desfecham, na prática, em fracassos inevitáveis” (TEIXEIRA, 2007, p. 59).

Nos anos 1930 o Brasil era uma promessa de avanço, apesar dos contrastes, pois, de um lado prometia-se um país progressista, alinhado à industrialização e modernização, do outro, havia ainda conflitos sociais e políticos onde muitos brasileiros estavam deixando o campo na promessa de um novo horizonte para sua sobrevivência, mas não era assim que a realidade se apresentava pois, quem ditava as regras era o capital que direcionava a sociedade a produtividade e ao consumo e uma ideologia do Estado, que proferia o desenvolvimento na filosofia liberal e prometia investir na educação. Para Nagle (1974, p.241), o pensamento liberal contribuiu para uma possível remodelação na ordem político-social, com expectativas de se quebrar paradigmas opressoras do desenvolvimento humano, então a proposta da Escola Nova representava esse pensamento liberalista no setor da educação.

No ano de 1932, foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por vários intelectuais entre eles, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, segundo os defensores desse manifesto, a educação combatida por eles, era a educação tradicional. Por outro lado, a igreja que havia rompido com a Velha República – com pouquíssimas contrarreações- obteve a promessa de Vargas quanto ao seu papel na revolução, onde caberia a igreja a incumbência de modelar a sociedade em um saneamento moral e político. Respaldados na participação no progresso do país, apontava no ensino laico um problema que

---

<sup>11</sup> John Dewey foi um filósofo e pedagogo norte-americano. Teve grande influência no movimento de renovação da educação no Brasil, na década de 1930. Essa influência se fez sentir sobretudo por intermédio de Anísio Teixeira, que foi seu discípulo na Universidade de Colúmbia em 1929. Disponível: [https://www.ebiografia.com/john\\_dewey/](https://www.ebiografia.com/john_dewey/). Acesso: 08/04/2023.

<sup>12</sup> Anísio Teixeira (1900-1971) foi um importante teórico da educação no Brasil. Foi o principal idealizador das grandes mudanças que ocorreram na educação brasileira no século XX. Fez parte do movimento de renovação do ensino chamado de Escola Nova. Disponível: [https://www.ebiografia.com/john\\_dewey/](https://www.ebiografia.com/john_dewey/). Acesso: 08/04/2023.

consideravam uma violência imposta a participação católica no âmbito da educação que conflitava a fé professada (BEOZZO, 2003, p.280).

Haja vista, a igreja também apresentava na defesa de seus ideais, os seus intelectuais como por exemplo Dom Vital<sup>13</sup>, divulgador da revista "A Ordem" e contava com escritores como Tristão de Athayde pseudônimo de Alceu Amoroso Lima, um grande defensor dos pensamentos contrarrevolucionários, da ordem social com bases muito fortalecidas pela igreja católica (DIAS,1996, p.96).

Para esses pensadores católicos, a nova proposta de educação conduziria o país a ideias funestas pois seguem uma base cientificista e proferem um avanço de progresso a qualquer custo levando a educação ao suicídio, tanto no campo moral, quanto biológico, que disfarçada de progresso levava ao comunismo.

A publicação do Manifesto foi o momento estratégico utilizado pelos católicos, que, percebendo no texto as frestas que deixavam entrever as oposições internas, passam ao ataque direto, acusando-o de documento "socialista e comunizante". (CURY,1988, p. 23).

A discussão que articulou o conflito entre igreja e a escola nova, ficou no debate, grosso modo, implantar uma escola pública ou particular, e se estendeu anos, pois a igreja defendia a continuidade da escola particular, com princípios religiosos e humanistas e até apoiavam uma espécie de financiamento para a população. Na contramão, a Escola Nova defendia a escola pública, gratuita e laica, assegurando por fim, uma educação ao alcance de todos.

Em 1931, na V Conferência Nacional de Educação, em Niterói, foi aprovado o texto final da proposta do Plano Nacional de Educação (PNE), onde estabeleceram as demandas propostas da educação católica e da Escola Nova. A formulação de diretrizes para de uma nova política educacional, sempre teve em alta na revolução de 1930 e teve sempre o peso de estabelecer um processo de desenvolvimento do Brasil. Nesse sentido,

O crescimento da demanda foi, por sua vez, o resultado de dois fatores concomitantes: o crescimento demográfico e a intensificação do processo de urbanização. O primeiro é responsável pelo crescimento da demanda potencial de educação e o segundo, pela evolução dessa demanda, que se torna aos poucos demanda efetiva (ROMANELLI,1978, p.14).

---

<sup>13</sup> Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1844-1878) nasceu no município de Pedra de Fogo, na Paraíba, no dia 27 de novembro de 1844. Filho de Antônio Gonçalves de Oliveira e Antônia Albina de Albuquerque, pequenos proprietários de Pedra de Fogo, que depois migraram para a cidade de Goiana, em Pernambuco. Foi bispo de Olinda e na luta pelos princípios religiosos fez eclodir o conflito entre a Igreja e o Império, que ficou conhecido como "Questão Religiosa".

A disputa para uma educação definida constitucionalmente que oferecesse o direito para todos os brasileiros pelos Poderes Públicos, ocorreu com a promulgação da constituição de 1934. No entanto, em conformidade com o Art. 150 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho, somente estava assegurado o acesso gratuito ao ensino primário integral.

A Constituição prometida por Getúlio Vargas enfim é promulgada, na data de 16 de julho. No texto legitima, no art.51, a eleição de Vargas eleito por 4 anos, concilia interesses de lutas dos liberais quando estabelece eleições livres, voto secreto (Art.39), o voto feminino (Art.121) e cria o Tribunal Eleitoral (Art.81). Por outro lado, agrada os militares e os defensores estatais, pois cria a justiça do trabalho e as bases para leis trabalhistas e a previdência social (BRASIL, Constituição ,1934).

A constituição de 1934, foi uma constituição de vida curta e a primeira a ter um capítulo integrado a educação e a constituir uma educação de direito a todos, manteve a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, propôs uma base estrutural para a criação de um plano nacional de educação. Também foi inovador nas questões ligadas a educação religiosa, amplamente utilizada no espaço da Constituinte como, no art.153

O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado segundo os princípios da confissão religiosa (...) manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais”. No art. 154. “Os estabelecimentos particulares de educação, gratuita, primária ou profissional, oficialmente considerados idôneos, serão isentos de qualquer tributo” (BRASIL, Constituição,1934).

A adoção da instrução religiosa obrigatória nas escolas públicas de nível primário e secundário; e a concessão de assistência religiosa oficial às forças armadas, às prisões e aos hospitais tanto na questão social como na educacional, sendo o programa mínimo exigido pela Liga Eleitoral Católica (LEC) (SCHWARTZMAN,1986, p.119).

A cristandade, nos termos de um elemento integrador de todo o comportamento social e na formação do conhecimento, tinha como arcabouço uma finalidade de educar de forma integral, direcionada a uma instituição desintegrada, desorientada e titubeante. “O mundo, em especial o mundo ocidental, está em crise, é uma crise generalizada que atinge os aspectos

materiais, sociais, jurídicos e principalmente os morais” (CURY,1988, p.27). Os intelectuais católicos aqui expostos apostavam na virada de mesa de uma situação caótica e apostava na sua proposta, mesmo contra as mais poderosas correntes.

## **CAPÍTULO 2: NOVA PROPOSTA EDUCACIONAL E A IDEOLOGIA CATÓLICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

### **2.1 Ideias novas (trans)vestidas das velhas ideologias**

Custódio enfiou um casaco de alpaca e voou à Rua da Assembleia. Lá estava a tabuleta, por sinal de que coberta com um pedaço de chita; alguns rapazes que a tinham visto, ao passar na rua, quiseram rasgá-la; o pintor, depois de a defender com boas palavras, achou mais eficaz cobri-la. Levantada a cortina, Custódio leu: “Confeitaria do Império.” Era o nome antigo, o próprio, o célebre, mas era a destruição agora; não podia conservar um dia a tabuleta, ainda que fosse em beco escuro, quanto mais na Rua do Catete... (MACHADO DE ASSIS, 2013, p.68).

Consta na história da educação brasileira, que não era nova a intervenção da política no currículo escolar, em outras épocas, personagens ligados a educação, julgavam ser aptos a desenvolver um currículo que representasse as potentes características nacionalistas e lançasse ao mundo, uma nova e moderna República. Em 1889, com o advento da Proclamação da República, alterações na política e nas diretrizes do sistema de governo foram inevitáveis e o mesmo aconteceu com a educação. Assim sendo, mudanças e intensas políticas públicas seguiram voltadas para a uma nova instrução.” [...] em 15 de novembro de 1889, o Governo Provisório, então instituído, viu-se diante da árdua tarefa de promover a reestruturação burocrático-administrativa do país (NISKIER, 2001, p.178). Segundo Nagle (1974, p.64), havia uma tendência a civilizar a população. As primeiras manifestações nacionalistas aparecem de maneira mais sistemática e mais influenciadora no campo da educação escolar.

A Constituição Federal estava sendo elaborada logo após a derrubada da monarquia, enquanto isso, medidas de emergência foram tomadas, a antecipação da conclusão do ano letivo, tanto no secundário quanto no superior, foi decretada a extinção do Ministério do Império, responsáveis pela educação e cultura, passando o comando desse segmento, o Ministério do Interior. Contudo, não modificaram a reforma, mantendo a anterior. Enquanto isso, no tocante à instrução pública, continuava a vigorar no país, especialmente no Distrito Federal, a Reforma Leôncio de Carvalho, colocada em execução a partir de 1879 (NISKIER, 2001, p.181). Mas isso mudaria, pois em 12 de abril de 1890 foi promulgada a primeira reforma do ensino na República, no entanto, essa



somente para a instrução militar. “Decreto n.º 330, de 12 de abril de 1890. Promulga o regulamento que reorganiza o ensino nas escolas do Exército” (CÂMARA DOS DEPUTADOS).

Contudo, em 17 de maio de 1890, o então Ministro Benjamin Constant, publica o projeto que traz a reforma da escola normal e o estatuto que geria o Instituto de meninos cegos. O ensino secundário fica regulamentado ao chamado ginásio e mantido pelo governo federal. O artigo n.º 38 do decreto, preconizava que após o curso e aprovação no exame Madureza do Gymnasio Nacional levaria o aluno a matricular-se em qualquer curso superior de caráter federal (CÂMARA DOS DEPUTADOS).

Segundo Horta (1994, p.77), o projeto de Constituição foi apresentado ao Congresso em dezembro de 1889, em 30 de maio foi recebido pelo trabalho de comissão e aprovado em 22 de junho de 1890. Na questão educacional tivemos três abordagens importantes quanto a competência, a laicidade e a obrigatoriedade. No caso das competências - nada mudou - foram divididas entre a União, unidades escolares federais e privadas, a União criaria instituições de educação superior e os Estados o Ensino Secundário. No caso da laicidade, não foi obrigatório nas escolas públicas somente nos particulares. Quanto a obrigatoriedade, a primeira Constituição Republicana representou um atraso ao direito à educação, pois não mais garantia o livre e gratuito acesso.

Nem as emendas que explicitavam o caráter obrigatório e gratuito do ensino público, nem as que postulavam a existência exclusiva do ensino livre, sem contraface do ensino público oficial, tiveram qualquer chance. Foram todas rejeitadas” (HORTA,1994, p.77).

Na questão pedagógica a novidade estava no programa oferecido por Benjamin Constant<sup>14</sup> em seu projeto que continha uma característica pedagógica intuitiva, em substituição a uma instrução de base moral e religiosa do projeto anterior, surgindo aí uma pedagogia de cunho científico em detrimento a uma educação que na sua maior parte era religiosa.

Segundo Nagle (1974, p.87), em 1901 ocorre a reforma curricular Eptácio Pessoa, que em sua grande parte, apenas reforça a anterior, mas com ênfase num ponto específico, a mudança no ensino secundário, em que

---

<sup>14</sup> Benjamin Constant (1833-1891) foi um militar, político e professor brasileiro, um dos fundadores da República. Foi também o grande divulgador do positivismo no Brasil. Benjamin assumiu a pasta da Guerra, e em 1890 foi aclamado general de brigada. No mesmo ano, passou a chefiar o Ministério de Instrução Pública, Correios e Telégrafos, no qual elaborou uma reforma de ensino de nítida orientação positivista.

preconizava uma atuação maior do Governo Federal com a intenção de igualar os cursos secundários populares aos Liceus e ao Colégio Dom Pedro II, inserindo também, a manutenção do exame Madureza, que vinha com um argumento de elevar a qualidade de ensino. No entanto, Silva (1969a, p.263), nos alerta que, a tentativa fracassou, pois, apesar do forte intensão de tornar o curso secundário de qualidade equivalente às escolas privadas, os próprios alunos envolvidos visualizavam essa modalidade como mero curso preparatório para habilitá-los para ensino superior.

Na data de 5 de abril de 1911, o então Presidente da República em exercício Hermes da Fonseca, divulgou as novas leis do Ensino Superior e do Fundamental, conhecida como Lei Orgânica, esse documento foi elaborado pelo Ministro do Interior, Rivadávia da Cunha. Essa Lei Orgânica trouxe inúmeros problemas na educação pública que já eram enfraquecidos e se tornou mais inacessível ainda. Para Silva (1969a, p.163), um documento cheio de críticas, entre elas destaca-se a composição de cunho positivista que desfavorecia acesso às universidades e não abrihantava em nada o já ensino secundário.

Após os efeitos retrógrados da Reforma de 1911, Carlos Maximiliano<sup>15</sup> empreende uma preocupação em renovar e melhorar a qualidade de ensino e superar o desastrado efeito, causado pela Reforma Rivadávia. De formação política liberal, a reforma de 1915 se distancia das ideias de um ensino unificado, onde a grande maioria da população era analfabeta e apresentava, culturas totalmente diversificadas e essas pessoas não tinham acesso ao ensino primário, quem dera pudessem chegar ao ensino secundário. Silva (1969b, p.274), esclarece a quanto pródiga foi essa reforma, ressaltava os exames progressistas que tinham no seu contexto maior, humanidade na preparação e avaliação para os cursos superiores, casava bem com o ensino seriado advindo da reforma de Benjamim Constant, pois permitia uma longa experiência nas séries iniciais e intermediárias. Já em 1925, ocorre a Reforma Educacional de João Luiz e Rocha Vaz, que nada mais foi que um prolongamento das ideias educacionais de Carlos Maximiliano em 1915 e, assim foi até 1920.

Na década de 1920, o Brasil passara no campo educacional por eventos importantes, em destaque, reformas educacionais, a formação de professores

---

<sup>15</sup> Carlos Maximiliano Pereira dos Santos foi um político, jurista e magistrado brasileiro. Entre outros cargos, foi deputado federal, ministro da Justiça, procurador-geral da República e ministro do Supremo Tribunal Federal.

para o ensino primário, o debate de ideias dos métodos de ensino e a evidência de dois intelectuais que se destacaram pela intenção de lançar uma nova pedagogia, a saber de Antônio Doria<sup>16</sup> e Lysimato Ferreira da Costa<sup>17</sup>.

No caso das reformas, destacamos uma nova lógica proposta na época para combater o analfabetismo que na ocasião era considerado relevante para que um país caminhasse para a promessa modernista. Erradicar essa problemática era prioridade na reforma proposta, pois era uma questão nacional (CARVALHO,1987, p.227).

A psicologia foi a ciência base para as instruções na formação de professores, influenciada pelas pesquisas do evolucionismo de Herbert Spencer, teve relação em especial nos cursos de formação de professores na Escola Normal. Podemos aqui destacar em excepcional, a atuação de Sampaio Doria que tinha na sua base de ação o pensamento de que “uma criança se desenvolve como se desenvolveu a espécie” (CARVALHO,1987, p.233) como elemento inspirador. Isto é, para orientar uma criança tem que estar inserido nos rumos onde cada espírito da humanidade tem seguido (CARVALHO,1987, p.233).

Nos dias 19 e 27 de dezembro de 1927 foi realizada em Curitiba (PR), a primeira conferência educacional da ABE ao nível nacional, à frente desse projeto estava Lysimato Ferreira, que nesse período encontrava-se no cargo de Diretor da Instrução Pública do Estado do Paraná. Uma das marcas deixadas por Lysimato foi sua defesa a obrigatoriedade da educação primária e secundária, sendo uma das suas teses no evento (MORENO, 2003, p.56). No que se refere a essa conferência, ocorreu algo de grande interesse para o laicato católico, o que significava, oportunidade para inserir o debate da educação laica na temática educacional, mesmo que fosse de forma representativa (CARVALHO, 2003, p.64).

Romanelli (1978, p.130), nos lembra que nas conferências seguintes — destaque para as IV e V — Rio de Janeiro em 1931 e Niterói em dezembro 1932 e janeiro 1933, respectivamente, essas tiveram a participação do governo consolidando a elaboração de diretrizes para haver uma política nacional de

---

<sup>16</sup> Nascido em Belo Monte, Estado de Alagoas, foi notadamente Diretor-Geral da Instrução Pública (1920-1924), coordenou várias reformas de ensino

<sup>17</sup> Em 1920 foi nomeado para o cargo de diretor do Ginásio Paranaense e Escola Normal, onde lecionou Pedagogia e Psicologia. Neste período, Lysimato foi o primeiro educador brasileiro a implantar o método para a medida da idade e capacidade mental dos alunos do curso primário. Também, Lysimato foi o primeiro educador a trazer e a implantar o método e o material de Maria Montessori, em 1923.

educação, insurgindo elementos para o manifesto dos pioneiros. A partir daí, acirrou o confronto entre católicos e pioneiros, ao verem a interferência definitiva do governo. Perceberam eminente desvio de conduta na educação definido pelo apoio, agora institucional, da laicidade nas escolas, que feria e afrontava mais ainda os princípios católicos.

Como nos contextualiza citação, Saviani (2011, p.254),

O “Manifesto” é “anticristão”, por negar a finalidade espiritual do homem; “antinacional”, ao desconsiderar a tradição religiosa da população brasileira; “antiliberal”, por defender o monopólio do Estado e ser contra a liberdade de ensino; “anti-humano”, ao negar o sobrenatural e subordinar o homem ao âmbito material e biológico; e “anticatólico”, ao não reconhecer o direito da igreja de educar publicamente os seus adeptos.

O anseio da escolanovista era não apenas influenciar o cotidiano educacional, mas também atingir o que era de mais problemático na educação brasileira, no caso o quadro excludente e a sua fórmula quase inviável.

Estes anseios escolanovistas influenciaram o quadro educacional da época, especialmente nas áreas não vinculadas à igreja Católica. Enquanto essa se posicionava claramente a favor do ensino acadêmico, classicista e sobretudo classista, alguns educadores leigos denunciavam a manutenção do caráter excludente da escola, seu anacronismo e seu caráter pouco práticos (CURY, 1988, p.19).

De um lado, para os católicos a crise educacional estava relacionada aos anos de laicismo proferido pela Velha República levando ao fracasso, não somente a educação, mas a si própria. Por outro, o apoio institucional ao manifesto da educação, foi um momento de alerta e estratégico para os católicos, pois perceberam no contexto do documento, brechas para o atacar diretamente, acusando-o de um apontamento socialista.

Segundo Cury (1988, p. 22),

Ora, laicismo, absolutização do Estado, a democratização educacional, certas defesas do movimento escolanovista como (coeducação, laicidade, tendência anti-escolas particulares) ensejavam ao representante da igreja católica a própria brecha por onde entraria os ideais comunistas (CURY, 1988, p.22).

A igreja católica não seria apenas uma base educacional capaz de elevar a escola para níveis competentes ao ideário da Revolução, mas um importante instrumento para transmissão de valores de forma que formasse cidadãos para preservação da pátria, da família e dos bons costumes. Ambas as soluções católicas, ou seja, a solução da crise educacional e a restauração da moral,

seriam vistas pelo grupo católico no sentido, algo mais amplo, a restauração de tudo em Cristo, já que a origem de todos os males foi o esquecimento de Deus (CURY ,1988, p.40).

Cury (1988, p.42) ressalta abaixo a proposta católica,

Não basta soluções parciais, por exemplo só econômicas ou administrativas ou que atinjam a moralidade particular dos governantes. Tais soluções são instáveis ou porque só atinge setores, ou porque se esvaem no subjetivismo de quem governa e não desce sobre seus cidadãos e nem alcança os verdadeiros fundamentadamente da ordem social (CURY,1988, p.42).

A relação política existente entre a igreja e o Estado, apesar de fatigante no passado, agora vislumbravam pontos incomuns que envolviam, os direitos da coletividade e os deveres individuais, sendo assim, era fundamental a realização de uma motivação indispensável quanto a revolução. Nesse contexto, a igreja recorreu a uma proposta de reforma moral para o homem e para a sociedade revestida de sentido metafísico para uns e religioso para o outro, pois quem estava no jogo além da classe dominante, eram na sua maioria populares.

Nesse sentido, Cury (1988, p.172), sinaliza que, o movimento operário socialista e anarquista já era uma realidade. As ideias de revolução social, fim das classes e da injustiça era evidente. A mobilização popular e a participação dela nesse contexto já estava num nível acima de mera manifestação, já se tornava massa de manobra e as manifestações urbanas já se tornavam atos políticos.

Uma carta, datada de 18 de abril de 1831, nos revela, onde o então Ministro da Educação Francisco Campos, valorizava o apoio ético exercido pela igreja e a importância deste apoio para o seu Projeto Político Educacional. Para Francisco Campos, as convicções religiosas eram importantes no processo de nacionalização, pois traria valor substancial no conteúdo moral, para consolidar o projeto de Getúlio Vargas.

Permito-me acentuar a grande importância que terá para o governo um ato da natureza do que proponho a V. Excia. Neste instante de tamanhas dificuldades, em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as forças materiais e morais, o decreto, se aprovado por V. Excia., determinará a mobilização de toda a igreja Católica ao lado do governo, empenhando as forças católicas de modo manifesto e declarado, toda a sua valiosa e incomparável influência no sentido de apoiar o governo, pondo ao serviço deste um movimento de opinião de caráter absolutamente nacional. (SKALINSKI ,2015, p.65).

Definitivamente, havia entre igreja e governo uma espécie de união “oficiosa”, pois o Estado brasileiro já era laico desde o início da República.

O apontamento do ministro em se posicionar a favor do envolvimento da igreja na revolução e no processo de reforma, nasce diante do conhecimento da sua posição filosófica, seu repúdio a velha República e a derrocada da monarquia, além de se posicionarem adversa a modernidade que pairava pela reforma do novo Brasil. A igreja, era considerada uma boa aliada, não apenas por se declarar contra aos velhos princípios republicanos, mas também porque lutava contra a igualdade de classes, a soberania popular, a destruição de laços familiares — ideologias que alguns grupos -- indicavam ser a forma de se modernizar uma nação. A igreja também tinha interesse em lutar por causa própria, pois, uma educação laica com certeza minimizaria o poder da igreja diante do estado.

Nesse sentido, a igreja atrelava seus objetivos ao projeto nacionalista de Vargas, firmando sua oposição aos preceitos seculares, com sua doutrina conservadora, para manter naquele momento, uma posição de vantagem, também na política. Para Mainwaring (2004, p.52), a influência católica sobre o Estado tinha foco no sistema educacional, mas também na política, pois sua luta contra o anticomunismo tinha uma boa aceitação e assim, a inseria a institucionalmente no processo, sem modificar de maneira significativa sua a natureza conservadora.

Para a igreja a humanidade estava em crise, a inquietação do mundo que transcendia o controle das organizações sociais ou institucionais se apresenta na forma de desmoronamento e desorganização, que também atingia o Brasil. A crise apontada atingia aspectos materiais, sociais, jurídicos e principalmente morais, desorientando medidas e titubeava os deveres. Para os católicos, não se tratava de uma crise autogerada, havia uma explicação em especial para o desmoronamento, que se instalou desde a Idade Média, que num determinado momento histórico o homem deixou de seguir as orientações da igreja, não acatavam mais os conselhos papais e se colocavam acima da hierarquia natural das coisas.

Para a cosmovisão católica esta surdez à voz do espírito revelada na atitude do homem frente a Deus, é a causa real dos males que atingem o mundo, cujas decorrências econômicas e sociais mostram a falência da civilização burguesa ocidental (CURY, 1988, p.28).

No geral, para os clérigos, essa crise estava diretamente ligada ao afastamento do homem a Deus e da sua natureza de criador. Porém, havia algo mais, o homem se imbuíu numa crise de consciência chamada pelos católicos de crise de intelecto, portadora de uma espécie de evolução intelectual, muito provavelmente, devido as suas conquistas que aos poucos foram tomando o lugar da sua consciência espiritual. “Esta deificação do homem e da natureza sem o concurso de Deus vai conduzindo o próprio homem e a sociedade a um suicídio mortal cujo ápice seria o comunismo” (CURY, 1988, p.29).

Para os católicos, a divergência com Deus criada pelo homem o levou a um caminho político desastroso, apesar de não combater os ensinamentos da igreja, os abstraía, assim colocou a razão ou invés da fé, diante de todas as suas decisões, se afastando da mediação de Cristo.

No século XIX, as ideias liberais, apoiada também pela burguesia, estavam no auge, imbuídas em prática científicas, experimentais e proferindo a descrença da fé, propondo ao homem uma espécie de naturalismo evolutivo. A igreja se colocou contra o que era designado por essas ideias e proferia a rejeição a tudo que vinha em seu encaço, a ciência, a filosofia, a arte, os princípios liberais e condenáveis doutrinas de esquerda. Na visão de Cury (1988, p.35), a influência social e política com essas profanações era soberana, seu mecanismo e disseminação era determinista, estava aí a causa e confirmação do desastre da nação.

A crise do liberalismo individualista burguês é fruto desta longa apostasia racionalista. Os princípios racionalistas, despidos de qualquer ligação com o Criador e Senhor de todas as coisas, fizeram com que cada cidadão exercesse sua atividade sem outro laço de subordinação a não ser o por ele mesmo proposto. Caráter, moralidade, ordem, lei, trabalho e autoridade, passaram a ser conceitos meramente racionais (CURY, 1988, p.35).

Em consequência disso, surge uma ação ofensiva e desbravadora organizada para, na concepção da igreja, cortar o mal pela raiz, que significava em tese, resgatar os intelectuais católicos de volta a realidade da igreja, onde só assim poderiam superar as forças racionalistas e colocar o Brasil no rumo nacionalista a que Vargas desejava. A situação caótica em que se via o país antes da Revolução tinha como essência a laicidade imposta pela Velha República (CURY, 1988, p.29).

Apesar do apoio parcial à revolução de Vargas, os católicos não aderiram à violência necessária do evento, mas, justificava-a, atribuindo o

extremismo ao fator comunismo e ao pensamento materialista alimentado pela burguesia da Velha República, cujo barbarismo tinha como foco, se apoderar do cidadão de bem. A igreja era otimista em restaurar os valores culturais, morais e cristãos esquecidos, mas não era com a força e sim com Cristo.

De forma mais prática, a solução católica para a crise, tratava-se de uma restauração social que tinha como base estrutural os princípios da lei natural e da palavra por meio da revelação. Para os dirigentes da igreja no Brasil, isto era a garantia para a verdadeira reconstrução social de uma nação soberana que afastava definitivamente às influências vãs e falsas postuladas pelo racionalismo. Em complemento a essa ideia, Cury (1988.p. 41) nos traz que esses princípios que prometiam revelar aos homens a visão de mundo, de sociedade e de Deus somente poderiam ser alcançadas e garantidas por meio da tradição, da escolástica e do magistério. Essas três demandas em si, continham suas autoridades natas e são percebidas como,

A tradição é entendida como a continuidade dos princípios fundamentais do cristianismo católico entre seu passado e seu presente. Ela fixa os elementos recebidos, é bem específica para o caso do Brasil, já a que nação de herança católica. A Escolástica, especialmente os princípios filosóficos do tomismo, dá segurança, porque é a própria "filosofia perene". Ela não está sujeita às contingências do espaço e do tempo, tanto quanto as outras filosofias. O Magistério, a esta altura já definido pelo Vaticano 1º como infalível em matéria de dogma e moral, garante, por sua autoridade, uma interpretação verdadeira da Revelação. Expressa-se sobretudo pelas encíclicas. Reconhece-se sua adaptação às realidades regionais através das cartas pastorais da hierarquia católica (CURY,1988, p.41).

Para a igreja, a saída para a crise exigia como solução do equilíbrio desses três elementos que une o ideário nacionalista com a ordem natural da fé, isto é, o balanceamento entre a complexa realidade social do homem com a sua real natureza dada por Deus.

A igreja não é revolucionária nem contrarrevolucionária: é extra revolucionária. Sua obra é a de sobrenaturalizada de todos os regimes, de todas as modalidades sociais. Temos o dever de encaminhar as águas da subversão política para o leito do cristianismo social. Temos o dever de trabalhar para que a apostasia republicana de quarenta anos, que é até hoje a maior culpada de tudo por que estamos passando, venha finalmente a terminar de modo a permitir que o Estado e os seus governantes voltem às verdadeiras raízes da nossa nacionalidade. (AMOROSO, 1930, p.193).

Podemos afirmar que na perspectiva dos católicos, a crise não era somente no Brasil, mas no mundo, se estendia nas questões morais e perpassavam pelo econômico, "Mas a raiz do mal é intelectual" (CURY,1988,



p.53). Para os católicos, sanar o mal do Brasil era preciso curar a implantação do intelectualismo no país, até mesmo entre os católicos. A igreja processava a catolização como cura, mas a educação como meio, como ressalta Cury (1988, p.54),

A educação é vista como sendo o veículo indispensável para que a cura do mal intelectual se dê. Sem ela não haverá restauração e os espíritos continuarão descrentes e agnósticos. A condição "sine qua" da restauração é a presença de Deus na escola. (CURY, 1988, p.54).

De modo geral, os católicos tinham uma proposta muito definida para apoiar a revolução e os propósitos de Getúlio Vargas ao restituir de forma definitiva a República decadente e esse caminho era inevitavelmente a escola e a educação, que por sua vez, tinha uma certa complexidade no seu juízo ideológico.

## **2.2 A indicações pedagógicas de Alceu Amoroso Lima. Uma manifestação educacional nacionalista.**

Nem pelo temor, nem pelo interesse, nem pelo desdém, portanto, é que devemos combater o comunismo. E sim, como dizemos, por convicção, por certeza e verificação que ele é apenas a última consequência lógica dos erros mais monstruosos do mundo moderno, na inversão de todos os valores, na desumanização do mundo e na descristianização da sociedade. (AMOROSO, 1936, pp.346-347).

Alceu Amoroso Lima, nasceu em 1893 e em 1919, iniciou sua carreira pública como crítico literário e se tornou um dos maiores intelectuais católicos no Brasil. De postura erudita, transpôs também essas características nas suas obras que se destacou pelo volume e a diversidade de assuntos. Dos espaços em que foi concebido, Alceu desenvolveu críticas e opiniões acerca do manifesto dos pioneiros da educação o que lhe rendeu artigos, jornais, revistas, livros e participação em tribunas (SKALINSKI, 2015, p.17).

Um dos maiores intelectuais do seu tempo, iniciou sua trajetória profissional como jornalista publicando centenas de livros e outros milhares de artigos. Crítico literário produziu artigos na sua maioria com o pseudônimo de Tristão de Atayde. Pertencente a uma tradicional família da elite carioca do século XIX que tradicionalmente educavam seus filhos em casa, sendo assim, Alceu não cursou o ensino primário convencionalmente num colégio. “Apesar de já existir o debate em defesa da escola pública, a prática de contratar um

professor particular ou preceptor no Brasil perdurou no início do século XX” (CURY,2010, p.12).

Alceu Amoroso Lima foi um dos mais respeitados defensores da igreja católica no Brasil, após a sua conversão ao catolicismo, tornou-se diretor do Centro Dom Vital, onde criou o Instituto Católico de Estudo Superiores, a pedra fundamental da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Sua trajetória acadêmica iniciou-se no colégio Dom Pedro II, matriculado no curso de humanidade no ginásio nacional, formou-se em cultura geral com preparação para o curso de direito. Saiu do ginásio com a formação em letras em 1908, no ano seguinte ingressou na faculdade de ciências jurídicas se formando em direito em 1914. Segundo Cury (2010, pp.12-13), Alceu iniciou seu trabalho na área de direito em um escritório de advocacia e após isso tentou carreira diplomática, porém insatisfeito com a nova carreira, assume como diretor setor jurídico da fábrica de tecidos que era propriedade de seu pai.

Por volta de 1920, na busca de ampliar seus conhecimentos pessoais e por influência das relações de amizades ligadas ao seu sogro, Alceu Amoroso Lima se aproxima dos ideais católicos e nesse ínterim, foi apresentado a Jackson de Figueiredo, fundador do Centro Dom vital e da revista A Ordem. Segundo Cury (2010, p.14), Alceu Amoroso Lima absorvia as concepções doutrinárias, políticas e filosóficas católicas por meio de troca de correspondências, eles travavam intensos debates acerca dessas ideias e temas como combater o avanço das ideias positivistas e a respeito da disseminação dos ideais católicos no panorama político no Brasil da República Velha, isso até meados de 1928 encerrado em consequência da sua repentina morte<sup>18</sup>.

Foi com o Jackson que Alceu partilhou as descobertas filosóficas e todas as dúvidas suscitadas a partir de então, mas acima de tudo essas cartas demonstravam um sentimento de desconforto que é provocado em Alceu desde o momento em que ele se abre a possibilidade de retornar a fé católica (RODRIGUES, 2011 p.135).

Uma insatisfação existencial, foi o gatilho, entre outros questionamentos que levou Alceu Amoroso Lima para o caminho da busca do conhecimento das verdades que assolavam a vida, como uma das suas memórias de infância ainda no período do colégio relembra,

---

<sup>18</sup> Jackson de Figueiredo Morreu tragicamente afogado, durante uma pescaria na pedra da Joatinga na Barra da Tijuca.

aí o ensino me pareceu em todo o seu horror, de inquisição de rigidez de impersonalidade, de abstração seca e distante. Aprendi a sentir a veracidade de que muito mais tarde fui ler no Ateneu de Pompeia. Nenhuma sombra de preocupação pelo gosto de cada um, pelas inclinações de caráter, pela espontaneidade. Tudo em séries, tudo em nomes, tudo espesso e pesado e rígido e distante (AMOROSO,1932, p.127).

Os intelectuais e líderes católicos daquele período abordavam a realidade da igreja juntamente com o apoio dos leigos fora do contexto político, mas sempre tinham em mente a necessidade dos seus serviços educacionais, mostrava a importância do laicato e apostavam na sua expansão. Para Rodrigues (2011, p.137), tanto Alceu como Jackson, estava além dessas convenções, estavam convictos de suas vocações profunda e intimamente verdadeira e preconizavam uma mudança profunda.

Segundo (Cury, 2010, p.17), essa postura conservadora era justificada pelo próprio Alceu Amoroso Lima que vinha da influência do próprio Jackson de Figueiredo. “Percebia-se em seus escritos um afã de manter viva a memória de seu interlocutor”. Com a ausência de Jackson, Alceu Amoroso Lima assume a presidência da revista A Ordem e segue na sua gestão, uma postura idêntica à do seu antecessor. Nesse momento também teve a oportunidade de se aproximar de Dom Sebastião Leme, onde pode alinhar as suas convicções contra o liberalismo. No decorrer dos anos 30, Alceu Amoroso Lima publicava em seus artigos, suas ideias sobre a educação, onde ressaltava a necessidade de uma renovação pedagógica e na restauração das ordens das coisas. A educação compete a família e ao Estado, sob essa ótica ressaltava que a ordem sobrenatural se sobrepunha ao natural e somente a igreja poderia atingir esse objetivo (AMOROSO,1932, p.89).

A fusão de ideias entre Alceu Amoroso Lima e Dom Sebastião Leme, deixa de lado uma posição filosófica e até romântica para assumirem uma postura mais vital, não apenas uma mera posição sobre o comunismo, mas agora adicionando a educação com uma espécie de forte. Essa postura impulsiona a massa e a direciona ao seu caráter social.

A pedagogia atribuída a Alceu Amoroso Lima destaca elementos de proporções modernas em torno de conceitos acirrados numa pedagogia existencialista que segundo Saviani (1986, p.66), entendia a escola com uma pedagogia redentora da humanidade e acirravam na ideia de que a educação modificaria a sociedade. Por essa razão, mantinha sua crítica a uma educação

progressista que tinha na sua bagagem a determinação de uma educação laica. Alceu Amoroso Lima temia e combatia a laicização do ensino. “Para ele, a laicidade era uma arma contra o credo católico” (CURY, 2010, p.18).

Entre os anos de 1932 e 1934, as publicações de Alceu Amoroso Lima circularam nos ambientes acadêmicos e religiosos e por meio de seguidores do catolicismo onde discorriam muitos pareceres didáticos e educacionais. Suas propostas acerca da função filosófica do humanismo pedagógico, que era recuperar o espírito humano na caminhada do nacionalismo brasileiro. Para Amoroso (1932, p.1), o indivíduo que testemunhou sobre a revolução de 1930, hoje deve modificar sua fala e testemunhar a respeito da única revolução que defendemos, a espiritual.

O discurso apresentado por Alceu Amoroso Lima foi além das contribuições para o debate sobre a educação, o esclarecimento e a composição da pedagogia católica tinham em si, autoridade e esclarecimento. “Começar pelo princípio e sempre começar pelos princípios. Onde estes faltam, falta a ordem, subvertem-se os meios e a finalidade visada não se alcança” (AMOROSO, 1944, p.15).

Alceu Amoroso Lima eleva seu discurso numa temática marcada na ideia de que o homem desviou suas preocupações naturais para aquilo que o subverteu, como as questões econômicas, políticas e o radicalismo da modernidade. Sua proposta se debruçava na retomada naquilo que se perdeu na caminhada da humanidade a essa modernidade. Para Skalinski (2015, p.95), apesar do discurso centrado nas primícias e determinações da igreja, a sua crítica a modernidade, contribuiu para impulsionar a renovação da educação no Brasil, objetivando os princípios, no princípio de tudo, que é da natureza humana.

O homem não se explica por si mesmo, nem o universo em si explica o homem. Condição eterna de sua natureza é a sua origem e a finalidade divina. Qualquer que seja a hipótese aceita sobre a origem do seu corpo (e nesse ponto deixa a igreja toda a liberdade às investigações das ciências de observação) o que se afirma é apenas a origem e o destino sobrenatural de sua forma espiritual (AMOROSO, 1958, p.191).

Tendo em mente que o princípio de tudo é Deus, mas os “princípios” estava ligado a natureza humana, que Alceu moroso Lima propunha restaurar os princípios humanos e essa restauração não podia ter respaldo no metafísico e sim inserido num contexto fundamentalmente educacional, teria que ser diretamente instrutivo. Nos alerta Amoroso (1958, p.15), “Que princípios de

ordem geral devem orientar a educação no Brasil?”. A educação torna-se uma promessa de vínculo integrador para uma população necessitada e uma nação em mudança, para proporcionar crescimento de uma civilização, restabelecimento e equilíbrio tornando possível esse novo momento a essa nova realidade do brasileiro. Para Cury (1988, p.81), “os reformadores entendem que os novos ideais educacionais propostos, se assumindo pela nova política do Brasil, funcionarão como o músculo central da estrutura política e social da nação”.

Os princípios pedagógicos em especial devem orientar e educar em todos os âmbitos e em toda a sociedade brasileiras e que sirva de forma eficaz a ordem e no sentido da continuidade e no progresso da revolução. Em uma palestra no salão da Escola Nacional de Belas Artes, Alceu Amoroso Lima (1944, p. 16) discorre que,

Trata-se, pois, de duas séries de princípios. Uma, de ordem geral, incluindo aqueles que devem orientar toda tarefa pedagógica, seja ela qual for, e aplicáveis, portanto, ao Brasil. pois pertencem à própria natureza da educação. A esses princípios deve estar sujeito todo trabalho educativo, sem nenhuma consideração de ordem histórica ou mesológica. A outra série de princípios é a que deve orientar a educação no Brasil, tendo em vista as condições particulares de nossa terra, de nossa gente, de nossa civilização (AMOROSO, 1944, p.16).

Na concepção católica, a educação é um problema para a igreja resolver, assim resolvendo, também resolveria o problema da nação. “Assim como a religião, na Idade Média, fora o elemento civilizador por excelência” (AMOROSO, 1944, p.17). De fato, esse arcabouço acerca da educação não era novidade, pois seu conteúdo já havia sido tecido anteriormente, porém, agora com a finalidade de instruir a consciência humana, tanto da elite como das classes mais inferiores, pois, na Idade Média, o homem acessara formas mais avançadas de tecnologia, dando a ele a ideia de um homem culto e uma sociedade naturalista para uma materialista.

Para AMOROSO (1944, p.18), “consciente ou inconscientemente, nacionalidades inteiras ou meios sociais consideráveis, aprovaram muitos pontos pela passagem do naturalismo para o materialismo, como seu sucessor lógico”.

Nesse sentido, Alceu Amoroso Lima denomina a ideia de materialismo como algo nociva denominada pedagogia comunista, assim, “[...] foi o que os

comunistas viram como realismo das coisas, realismo este irreal, por falta de objetividade uma filosofia insuficiente” (AMOROSO ,1944, p.59).

Alceu Amoroso Lima (1944, p.59) tinha em seu favor, as declarações do próprio Lenine,

Um ano depois da Revolução, no 1º Congresso Pan-Russo de Ensino, em agosto de 1918, exclamava Lenine: Uma das partes essenciais da luta que atualmente empreendemos, é a obra da instrução pública. Também na escola devemos derrubar a burguesia e declaramos abertamente que a escola fora da política é uma mentira, uma hipocrisia". E em 1920 voltava a dizer: "A juventude só pode aprender o comunismo, ligando cada passo de sua instrução e de sua educação à luta ininterrupta dos proletários e dos trabalhadores contra o antigo regime de exploração" (AMOROSO, 1944, p.59).

Para a igreja, existia uma pedagogia comunista, apesar do insignificante êxito no contexto geral. No vaticano, havia uma ojeriza a essa filosofia que elegiam o ateísmo, a ideologia do proletariado, a luta de classes e principalmente a inexistência de uma vida espiritual. O comunismo preconizava uma revolução social que encarnava numa doutrina contra a existência de Deus e isso a igreja considerava um perigo social.

[...] o homem, considerado só como matéria, é despojado de liberdade e dignidade e reduzido a simples roda e engrenagem do sistema que desconhece direitos, propriedades e valores hierárquicos e tudo faz depender da coletividade. Quanto às relações entre os cidadãos, uma vez que sustentam o princípio da igualdade absoluta, rejeitam toda a hierarquia e autoridade, que proceda de Deus, até mesmo dos pais; porquanto, como asseveram, tudo quanto existe de autoridade e subordinação, tudo isso, como de primeira e única fonte, deriva da sociedade (PAPA XI,1965, pp.9-10).

### **2.3 O debate pedagógico em Humanismo Pedagógico**

A chave para entendermos os pensamentos teóricos e pedagógicos de Alceu Amoroso Lima está edificado em princípios fundamentais em formar um pensamento coletivo e humanista e que estão atrelados na psicologia da formação social, na superação do ser, na ciência e na família. Alceu Amoroso Lima tratava de questões objetivas que estavam conectados aos interesses católicos, mas atinentes a realidades sociais, econômicas e culturais, fórmulas impactantes para intervir na mudança que havia de vir no país.

A história pedagógica da humanidade se tem feito, em regra, nas civilizações conhecidas, no sentido de uma intensificação e de uma especialização progressiva dessa função social. Confundindo-se, a princípio, com a vida familiar e profissional, de um lado, e com a vida

pública de outro, na paz ou na guerra, foi adquirindo aos poucos uma autonomia em função de sua importância, individual e social, de tal sorte a constituir uma função cada vez mais independente e capital para a vida das sociedades (AMOROSO,1946,p.17).

Para Alceu Amoroso Lima (1944, p.117), o princípio do humanismo pedagógico estava atrelado à nacionalização da nação, nesse sentido, a tarefa do Humanismo Pedagógico, grosso modo, é transformar o homem em um ser subordinado à sua nacionalidade, desde que não contradiga ou desvirtue a sua humanidade. O conceito complexo se restringe onde, a Humanidade do educando se sustenta em imputar o seu individualismo nas suas ações que construirão o coletivo, mas não se trata de uma sociabilidade exagerada que integrará o homem a sociedade.

Há uma vocação para as nacionalidades, como há uma vocação para as personalidades. Somos todos chamados, homens e nações, a desempenhar um papel no universo. Descobrir qual seja esse papel e desempenhá-lo com dignidade eis o segredo talvez da vida humana bem vivida. A maioria dos homens não chega nunca a descobrir qual a sua vocação verdadeira, qual a inclinação natural do seu destino, qual a tarefa que lhe coube no universo (AMOROSO,1944, p.117).

Empenhados nesse objetivo, a igreja defendia uma pedagogia que tinha como finalidade mudar a perspectiva de formar o indivíduo acima ou abaixo do valor da sociedade, a proposta era colocar o indivíduo como um fim e a sociedade como meio, pois, esse indivíduo seria educado com a benção espiritual e moral dos princípios católicos e não mais pelos antigos processos pedagógicos. “Nominalismo medieval, o humanismo renascentista, racionalismo enciclopédico, naturalismo burguês, materialismo proletária, essas várias fases de ruptura da inteligência humana com o objetivo de constituir uma engrenagem de dentes inflexíveis” (CURY, 2010, p.42).

Alceu Amoroso Lima defende uma pedagogia situada numa espécie de psicossintese do povo brasileiro, que tinha como base a finalidade de exaltar a humanidade do ser, atenuante a sua atuação cidadã nos termos de Deus, que libertará o homem das preocupações econômicas, de uma vida pragmática, das lutas constantes em busca de riqueza e poder, tipo de vida enfraquecida pela burguesia decadente que colocava o homem abaixo da técnica e da cultura.

[...] a civilização do humanismo cristão para a qual nos inclina o que de mais nosso e de melhor possuímos em nossa alma. Uma civilização em que a técnica esteja a serviço da cultura, uma civilização em que a máquina esteja ao serviço do bem comum, uma civilização em que as riquezas e os valores materiais se subordinem totalmente aos valores do homem (AMOROSO,1944, p.115).

No consenso católico, o professor que era designado a transmitir o conhecimento científico, teria que atentar para que a ciência não se tornasse algo imperativo, a sua finalidade deveria ser suficientemente de ajustes e auxílio social. Para Amoroso (1944, p.215), “Impedir que o saber leve à misantropia, ou que as paixões humanas o arranquem do seu domínio próprio; estabelecer a distinção a união constantes entre o estudo e o trabalho”. Nesse sentido o papel do professor era,

O docente não é apenas um transmissor de conhecimentos, como infelizmente tantas vezes se julga ser. É um formador de personalidades. Nisso está, porventura, a maior grandeza de sua tarefa. E por isso mesmo é que o magistério é realmente uma forma de paternidade. Não se trata apenas de transmitir noções ou de informar inteligências. Trata-se, em qualquer nível de ensino, de formar homens, no seu corpo, na sua inteligência no seu caráter (AMOROSO, 1944, p.241).

A permanência da educação religiosa no currículo escolar estaria contribuindo para ser construída uma educação que desperte no homem sua virtude oculta, nele e na sua família, pois cabe a ela o laço entre o homem e o Estado. Para Alceu Amoroso Lima (1944, p.260) esta relação não é uma questão meramente formativa.

Se o homem fosse apenas um ser sobrenatural, só à igreja competiria a tarefa educativa. Como se o homem fosse apenas um ser biológico, só a Família educaria. Como se o homem fosse apenas um ser intelectual, só à Escola caberia educar. E se fosse apenas um ser social, a tarefa pedagógica seria específica do Estado (AMOROSO, 1944, p.260).

Na concepção de Skalinski (2015, p.119), o homem não possui em si cada uma dessas exclusividades, pois ele é tudo isso em simultâneo, biológico, intelectual, social e a ascensão da sua virtude é a junção delas e de todas as instituições agregadas, a igreja, a escola, o Estado e a família, sendo essa última a de maior importância.

A família para os católicos estava em um patamar de destaque, pois tinha uma aproximação de caráter natural, muito anterior a sociedade. Se a família é transmissora natural da vida humana, é também a educadora natural do homem” (AMOROSO, 1946, p.261). Na pedagogia de Alceu, a família se destaca devido a sua competência na formação do ser que inicia nos filhos e se estende ao homem e a casa de uma forma integral.

[...] sendo assim, não há força humana nem sofisma capaz de arrancar à família a sua capacidade e a sua obrigação natural de educar diretamente vidas a que ela der origem. E indiretamente a todas as demais (AMOROSO, 1946, p.261).



Para Alceu Amoroso Lima, a escola apenas complementa a família e o banimento da igreja entre a família e a escola traria danos irreparáveis para o desenvolvimento da pessoa (CURY, 1988, p.161). Uma questão relevante a isso, diz respeito a proposta da escola novista, no apontamento do afastamento da igreja na educação, pois essa tomada de decisão atenta contra a natureza natural e divina das coisas. A defesa do direito de prioridade da educação religiosa para a família, ia além da filosofia humanista, estava diretamente ligada a Deus.

A reintrodução do ensino religioso nas escolas não vem tolher liberdade alguma, dessas que os liberdade” diz proteger a cada momento. Mas vem, ao contrário, defender a liberdade de consciência das crenças religiosas e das famílias que desejam dar a seus filhos uma educação religiosa e que até hoje se viam privadas dessa liberdade pelo regime do laicismo opressivo (ATHAIDE, 1931, p.91).

Embora a igreja defendesse a educação como formação do homem e da sua potencialidade intelectual de forma integral, havia também um objetivo claro de uma formação de caráter nacionalista, sem a intenção de oprimir ideias e valores, o nacionalismo para Alceu era um instrumento de formação de caráter para o cidadão, pois o afastava de proposta contrárias que prejudicaria sua personalidade e fragmentava sua cultura.

Não basta que o homem renasça, é preciso que as coletividades também renasçam e é por isso que a igreja em todos os tempos procurou o renascimento individual dos homens e o renascimento social da sociedade” (AMOROSO,1944, p.317).

A pedagogia de Alceu Amoroso Lima, foi apresentada para estruturar a educação no período do governo provisório, buscou articular com as camadas sociais de diversas classes, sendo acolhida numa nova perspectiva sistemática e que revelaria uma transformação no momento de maior instabilidade do governo de Vargas, com a esperança de estabelecer o triunfo da revolução de 30 e do rumo do país para a preparação e promulgação da nova constituição.

## **CAPÍTULO 3: INDICAÇÕES POLÍTICAS E RESTAURAÇÃO PEDAGÓGICA**

### **3.1 Posições políticas e religiosas entre a revolução de 32 até a constituição de 34.**

Após o término da Revolução Constitucionalista de 1932 envolvendo o Estado de São Paulo e tropas do governo de Vargas, iniciaram-se as medidas que levariam a determinar a data da próxima eleição, datada para maio de 1933. Se o governo comemorava a sua vitória militar, para São Paulo, os objetivos alcançados no confronto bastavam, com a abertura dos movimentos políticos que culminariam na elaboração de uma nova constituição para o Brasil.

Vale ressaltar que a igreja, diante desse embate, escolheu o lado dos revoltosos. Diante dessa postura, medidas importantes foram tomadas a partir do fim do conflito. A igreja paulista seguiu a posição da maioria do clero, que era manter viva a luta para a concretização da constituição. As bases sustentadas pelo centro Dom Vital tiveram ampla validade para essa decisão, que, por sua vez, seguia a postura determinada pela Liga Eleitoral Católica (LEC) à risca. Segundo Sobral Pinto (1933, pp.773 – 774), a posição da LEC era realizar uma espécie de alistamento num só bloco, fortalecendo seu objetivo em favor da constituinte e procurava envolver as correntes políticas que eram partidárias, a fim de assegurar a realização dessa pauta na Assembleia Nacional.

A LEC direcionou seus esforços em apoio a constituição nos quatro maiores colégios eleitorais do país: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O apoio incondicional aos paulistas deu lugar a uma coligação que entendia a importância da união naquele momento de importantes forças políticas representativas não apenas na futura Assembleia Constituinte, mas também de forma geral, a opinião pública.

O interesse da igreja em apoiar São Paulo é demonstrada na fala do próprio Alceu Amoroso Lima num artigo publicado após o fim do conflito, que alegava ser dever da igreja apoiar as reivindicações paulistas, não apenas a pedido de Dom Sebastião Leme, mas também porque, mesmo diante da derrota da Revolução pelo lado paulista no contexto militar, as ideias constitucionalistas mantiveram-se vivas, dando a certeza de que a igreja estava preparada pela nova constituição a vir, diferentemente do que ocorreu em 1891 (AMOROSO, 1932, p.8).

Se para os militares a guerra havia terminado, para a igreja iniciava-se uma longa batalha, a de rechaçar qualquer ato que promovesse a secularização ou que medidas políticas, dali para frente, deixassem de fora a influência e as bênçãos da igreja, além da sua já instituída guerra contra o comunismo, como já foi citada. A grande dificuldade iniciava-se no caminho a trilhar para que essas ideias e ações chegassem aos ouvidos dos outros políticos ainda não envolvidos com as ideias católicas na recém-criada assembleia constituinte.

A narrativa católica estava sustentada na mobilização da conscientização popular, nas conexões com as ideias cristãs a favor da base familiar, dos trabalhadores e principalmente da educação, que, de certa forma envolvia os dois anteriores. Nesse contexto um tanto frenético, mas com medidas sensatas, havia uma resistência do núcleo superior do comando da igreja em criar um partido político, cujo foco seria fortalecer as estratégias já existentes na evolução política da LEC e implantar definitivamente um marco social na memória coletiva; em simultâneo, a igreja estimulava seus colaboradores a apoiar publicamente as bases de políticos que adotassem sua posição de forma favorável as ideias católicas na constituinte (MAINWARING, 2004, p.47).

Nesse sentido, Dom Sebastião Leme também expõe a público sua colaboração, se aproximando de grupos trabalhistas. A igreja promovia a criação de núcleos trabalhistas pelo país que atuavam na conscientização de trabalhadores sobre seus direitos trabalhistas e o esclarecimento da posição da igreja contra os movimentos comunistas. Para Barbosa (2008, pp.12-13), a igreja tinha como meta a pulverização das ideias comunistas, principalmente no meio trabalhista, além de orientação espiritual, ainda conscientizavam sistematicamente os operários contra os descaminhos dessas ideias em relação aos seus direitos a serem efetivados pelo governo provisório na constituição.

A aproximação com a igreja, além de significar uma legitimação dos atos do governo com base numa atmosfera religiosa, consolidando a imagem protetora e paternalista, significa a formação de uma base sólida na luta contra o comunismo de grande interesse também para a igreja. O apelo ao sensacionalismo convida a sociedade para uma — guerra santa contra as doutrinas indesejáveis e procura dar às ações do governo um caráter —santo. (BARBOSA, 2008, p.12-13).

A igreja recorria aos chamados Movimentos Circulistas, que editavam panfletos e até livros para espalhar entre os operários. Muitos desses foram conteúdos editados pela Confederação Nacional dos Operários Católicos

(CNOOC), de onde saíram materiais importantes, como Código Social (reunião de textos sobre a doutrina social católica); O Clero e a Ação Social (livro para os clérigos e aos que estavam em formação sacerdotal, abordando a atuação social), A Legislação Social Brasileira e a Encíclica *Rerum Novarum*<sup>19</sup>. Havia também publicações direcionadas de forma direta ao circulista e ao núcleo: Guia do Assistente Eclesiástico do Círculo Operário; Manual do Círculo Operário; Cartilha Circulista; Estatutos do Círculo Operário; Círculos Operários: sua origem, sua organização, suas realizações (SANTOS, 2008, pp.70–72).

As ações de D. Leme, ao estabelecer relações de intimidade com os altos círculos, eram exitosas no âmbito político, o que ajudava a maioria dos líderes religiosos brasileiros a — catolicizar outras instituições para salvaguardar o caráter cristão da vida social (MAINWARING, 2004, p. 48).

Para Giumbelli (2002, p.261), a separação do Estado e a religião na Constituição de 1891 tinha na sua base o entendimento de que o Estado não mais estaria vinculado às atividades católicas. Em 1932, havia o avanço em relação a essa situação passada e a aceitação do governo quanto as concepções propostas de reforma, principalmente na área da educação. No entanto, mesmo com Getúlio Vargas aderindo às ideias católicas, ainda havia uma indefinição sobre o futuro dessas propostas na constituição. Nesse sentido, visto que a situação ainda não era definitiva e para não perderem suas conquistas até ali obtida no decreto de 1931, além de avançarem, os católicos envolvidos nesse processo, iniciam uma campanha para atingir a opinião pública acerca dos âmbitos educacionais cristãos necessários e para alertar as nocividades da proposta da Escola Novista (SKALINSKI, 2015, p.72). A intenção era divulgar suas propostas e garantir que o ensino religioso tivesse um espaço garantido na constituição.

A crítica à educação laica era considerada pelos católicos como um ponto fundamental para fortalecer a sua posição diante da nação e diante das opiniões de intelectuais que simpatizavam com o movimento católico, além disso, essa educação era acusada de conter entrelinhas com ideias comunistas. Num artigo intitulado “Mobilizemo-nos!”, Alceu Amoroso Lima publicou críticas diretamente para os intelectuais sobre essa questão, pois eles precisavam compreender as

---

<sup>19</sup> A Encíclica *Rerum Novarum* foi uma resposta da Igreja Católica ao fortalecimento do liberalismo e do capitalismo monopolista na Europa. Foi promulgada posteriormente à Revolução Industrial e ao Manifesto Comunista de 1848.

ideias defendidas pelos pioneiros, ideias essas que, por si só, consistiam em um retrocesso.

Apelidada de “pedagogia *ianque*” devido Dewey ter influenciado Anísio Teixeira, o manifesto dos pioneiros versava uma proposta degradante pelo fato de Fernando de Azevedo ter tido influências de Emilé Durkheim, que tinha seus pensamentos baseado na Sociologia (AMOROSO, 1932, p.404).

Segundo Alceu Amoroso Lima (1932), a pedagogia de Dewey era desaconselhada por não conter princípios objetivos e ideais provenientes de uma compreensão total da vida, sendo assim, não possuía, na sua máxima, uma base científica das ações humanas, por outro lado, rejeitava todas as considerações pelo sobrenatural, pelo transcendente. Ainda, atribuía às percepções deweyanas um caráter abjeto, aviltador do verdadeiro sentido da vida humana, supressor da esfera transcendental, fonte dos princípios morais a serem seguidos pelo homem (Cunha, 1999, p.89).

Nesse sentido, Alceu Amoroso Lima alerta,

Ou queremos ser governados pela lei do amor, da variedade e da justiça social verdadeira entre os homens, e nós entregamos à soberania absoluta de Deus. [...] Ou desdenhamos do invisível, negamos o primado do espírito, reduzimos a vida a uma luta implacável, e aceitamos inexoravelmente a passagem lógica do capitalismo ao comunismo, isto é, ao materialismo integral, entregando-nos em definitivo à soberania absoluta da Força. Soberania de Deus ou soberania da Força. Eis o dilema trágico que se apresenta aos homens desorientados de nossos dias (ATHAYDE, 1931, p. 155).

A igreja, contrapondo o documento dos pioneiros sobre a escola laica, dizia que esse seria o fim da educação, pois para ela era um equívoco fatal conectar a educação a ideia de ser concebida por meio da natureza humana. A máxima cristã se atrelava a uma educação fortalecida pela instrução de Deus, apenas assim formaríamos homens fortes para influenciar no desenvolvimento de outras gerações (VAN ACKER, 1930, p.17). Nesse sentido, Alceu amoroso Lima sinaliza,

Nem pelo temor, nem pelo interesse, nem pelo desdém, portanto, é que devem combater o comunismo. E sim, como dissemos, por convicção por certeza e verificação, que ele é apenas a última consequência lógica dos erros mais monstruosos do mundo moderno, na inversão de todos os valores, na desumanização do mundo e na descristianização da sociedade (AMOROSO, 1936, pp.346-347).

Para os católicos, as consequências mais devastadoras da laicização do ensino pregada pelo Movimento Escolanovista era o comunismo, a marcha acelerada do país para a esquerda ou para o socialismo, e certamente a opressão das instituições católicas (TORREND, 1932, p.9). “Os pioneiros da pedagogia nova nada mais seriam do que os pregadores, conscientes ou inconscientes da pedagogia comunista” (ATHAYDE, 1932, p.318).

Na ocasião, a igreja adotou iniciativas para difundir suas posições, como a organização de congressos eucarísticos e as associações de professores católicos. Ao lado dessas estratégias, variados tipos de impressos divulgavam suas ideias (CARVALHO,1993, p.41). Segundo Moraes (1985, p.69), a LEC desenvolveu um programa apresentado aos representantes de partidos e a políticos que acenassem apoio a igreja na constituição.

Para estabelecer uma relação indireta, mas eficiente com a assembleia, a igreja propôs um programa que continha 10 lições ou pontos, onde os políticos associados as propostas para a constituição deveriam se comprometer com pelo menos três itens da lista para que assim pudessem orientar os eleitores e os militantes católicos.

Os candidatos que publicamente apoia sem as reivindicações, ou pelo menos o programa mínimo, (itens 1,2 e 3), eram recomendados como votáveis e recebiam a aprovação por parte da LEC. Em contrapartida, propunha se a votar positivamente na ANC em favor das referidas emendas. A extensão LEC abrangeu toda a nação e mostrou a força da igreja na época (MORAES, 1985, p.114).

As lutas dos católicos ganham uma força extra quando PIO XI (1929, s/p) vem a público declarar sua posição ao laicismo, alegando que a proposta dos pioneiros, não somente seria a porta de entrada para as concepções comunistas fazerem parte da política brasileira, como daria espaço para outros movimentos como os positivistas, os liberais, os protestantes, os agnósticos e os maçons, todos que apoiavam ou tinham em seus discursos a teoria da laicidade; tais narrativas construía uma perspectiva vazia e lançavam na sociedade brasileira a destruição definitiva da moral.

O comunismo era visto de forma prejudicial ao Brasil já no século XIX. Enquanto na Europa, já se questionavam as ideias que assolavam os meios operários, no Brasil essas ideias evocavam forças contra os princípios do catolicismo, na encíclica escrita por Pio IX intitulada *Syllabus*, na qual o papa

discorria sobre o comunismo tratando como uma peste e que agia por meios gravíssimos (PIO IX, 1861)<sup>20</sup>.

Apoiando-se no funestíssimo erro do comunismo e socialismo, asseguram que "a sociedade doméstica deve toda sua razão de ser somente ao direito civil e que, por tanto, somente da lei civil se derivam e dependem todos os direitos dos pais sobre os filhos e, sobretudo, do direito da instrução e da educação". Com essas máximas tão ímpias como suas tentativas, não intentam esses homens tão falazes senão subtrair, por completo, a saudável doutrina e influência da igreja à instrução e educação da juventude, para assim infeccionar e depravar miseravelmente as ternas e inconstantes almas dos jovens com os erros mais perniciosos e com toda sorte de vícios. (PIO IX, 1864)

Dom Sebastião Leme considerava a vitória contra o laicismo e a expansão comunista como um marco histórico para a igreja católica. Sobretudo, ele buscava implantar definitivamente uma relação basilar entre igreja e Estado, e que essa união se tornasse o alicerce da educação e a igreja pudesse fazer parte do documento máximo da constitucional.

A igreja Católica, através de Leme, obediente às e encíclicas papais, não fundou o partido político católico com vistas aos seus interesses imediatos, tem inclusão das emendas religiosas na Constituição. Optando por um esquema direto de pressão sobre todos os partidos, ou melhor, sobre os candidatos dos partidos, fundou a LEC (CURY, 1988, p.114).

A que se propôs a igreja em influenciar os constituintes eleitos, foi bem-sucedida, agora era esperar que todos esses esforços resultassem em emendas que a favorecessem. No desenrolar de um total de cem sessões, a Assembleia Constituinte apresenta o seu primeiro anteprojeto e, no seu contexto, um impressionante número de emendas aprovadas a favor da educação. Nos dias subsequentes, a constituição foi votada e se chegou à redação final.

Várias e variadas pressões de fora do plenário (desde galerias cheias e ruidosas até memoriais com várias assinaturas) chegaram até os constituintes, com o propósito de louvar e /ou protestar a respeito de decisões tomadas até então (CURRY, 1988, p.120).

No caso do ensino religioso, se reafirmou o que já era garantido. O ensino religioso nas escolas primárias, secundárias e normais dentro do horário integral de aulas continuaria facultativo aos estudantes. A LEC considerou aceitável a definição da assembleia e comemorou como uma boa vitória. No entanto, a

---

<sup>20</sup> PIO IX (papa). *Syllabus*. 1861. Disponível em <https://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/silabo/>. Acessado em 04/09/2023.

maior vitória estava na emenda que proibia o ensino religioso por parte de funcionários e professores da escola ou da instituição. Segundo o artigo 153 da Constituição, a abordagem em relação ao ensino religioso nas escolas públicas era a seguinte:

O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado conforme os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas, primárias, secundárias, profissionais e normais. (BRASIL, 1934).

A constituição de 1934, nos termos acerca das propostas católicas, teve êxito. Entre elas, envolveu o apoio financeiro a igreja e o subsídio estatais para as instituições católicas, acerca do reconhecimento do casamento religioso e juntamente com a proibição do divórcio.

Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (BRASIL, 1934).

O dia 30 de maio de 1934 foi marcante para a igreja e para o catolicismo brasileiro. Esse dia marcou sua vitória perseguida por anos onde fora rechaçada de suas obrigações e direitos. A constituição de 1934 traz de volta o ensino religioso nas escolas e estabelece uma nova relação com o estado, agora protegido oficialmente. “Foi, portanto, uma vitória ampla, não apenas eleitoral, mas doutrinária. Se os positivistas é que marcaram a Constituição de 1891, os católicos é que imprimiram seu cunho à 1934” (AMOROSO, 1936, p.129).

A começar pelo preâmbulo ‘A confiança em Deus’, essa não foi uma medida de caráter filosófico ou de sentido sociológico, foi por conta de uma nova velha relação que visa a melhoria social, não o interesse da igreja.

Colocar o nome de Deus no preâmbulo era, pois, colocar o problema da autoridade política em seus verdadeiros termos. Em vez de invocar apenas aquelas forças que, por assim dizer, vem de baixo, como a democracia ou o Bem-estar econômico, quiseram os constituintes aderir espontaneamente ao próprio bem em si (AMOROSO, 1936, p.116).

Entretanto, não foi uma conquista fácil, careceu principalmente de total participação ativa dos católicos da sociedade, o que remeteu a responsabilidade de partidos que correspondem a vontade popular.



Conseguimos quebrar o laicismo integral da República de 1889 e convencer as forças políticas da procedência e da necessidade desse grande princípio de direito público cristão, que o positivismo e com dobradas razões o liberalismo ou o socialismo, não haviam querido compreender (AMOROSO,1936, p.129).

No âmbito educacional, em comparação as constituições de 1891 e 1926, temos no ensino religioso o termo facultativo, onde consta no artigo 72, parágrafo 6º, “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”. No documento de 1934, a lei modifica para “Incorporação legal do ensino religioso facultativo, nos programas das escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais da União, dos Estados e dos Municípios” constando no Art. 153. “O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais”. (AMOROSO,1936 pp.136-137).

Nesse mesmo sentido, os artigos 154 e 155 seguem formalizando as novas diretrizes apontadas na constituição. Art. 154 - Os estabelecimentos particulares de educação, gratuita primária ou profissional, oficialmente considerados idôneos, serão isentos de qualquer tributo. Art. 155 - É garantida a liberdade de cátedra.

Segundo Cury (2005, p.26), a constituição de 1934 estabelece a confirmação de um Conselho Nacional de Educação. Juntamente com o reconhecimento do ensino privado, veio a possibilidade de isenção de impostos de estabelecimentos desse segmento, desde que oficialmente considerados idôneos. O ensino religioso nas escolas públicas foi facultado no esquema de matrícula facultativa e oferta obrigatória, esquema até hoje inalterado com pequenas variações. O exercício do magistério público seria realizado por meio de concurso público e a liberdade de cátedra.

Para os católicos, trata-se de uma vitória, cujo sentido deve ser buscado continuamente a fim de que a luta continua no plano de ação. Afinal, a Constituinte fora além dos 3 postulados mínimos e aprovava todos os pontos fundamentais da L.E.C. e os inserira na Constituição (CURY,1988, p.121).

No período provisório, já existia o Conselho Nacional de Educação (MESP), reforço para a reorganização do secundário, do superior e para criação de universidades. No entanto, a Constituição de 1934 atribuiu ao Governo uma

competência com característica intervencionistas, garantindo que fosse cumprido a escolarização (pelo menos no primário e desejável no secundário e superior), tornando a gratuita, universal e obrigatória. Ela estabeleceu perspectivas mínimas de subsídio à educação para municípios, estados e federais, bem como outros recursos necessários para as estruturas diversas, deixando a forma de uso a cargo dos designatários.

Entre 1930 e 1934, o Ministério da Educação e Saúde Pública sofreu diversas modificações no contexto legislativo que buscava cingir alterações normativas. Anteriormente a 1934, as normas tinham concepções experimentais, com as mudanças e o vigor das interferências políticas após a votação da constituinte, intensificava-se a centralização administrativa e o intervencionismo estatal do órgão (FONSECA,1991, p.15).

A constituição de 1934 foi, especialmente, a primeira a consagrar de forma significativa espaço para a educação, dedicados em 17 artigos, sendo 11 deles específicos sobre o tema. No que cabe a nação, manteve, em linhas gerais, no artigo 5, “traçar as diretrizes da educação nacional”. No entanto, fica o destaque a respeito as normas do plano nacional de educação, que previa a “liberdade de ensino em todos os graus” e no dispositivo relacionado ao magistério que dava isenção de impostos para a profissão de professor e a obrigatoriedade de concurso público para o ingresso ao magistério.

Tudo que aqui foi alcançado, segundo as palavras de Alceu Amoroso Lima no final da sua obra “Indicações Políticas”, não foram apenas as ações católicas, as resoluções partidárias ou os movimentos políticos que resultaram em nossa vitória, foi também o reflexo de ações sociais que estiveram presentes o tempo todo, acreditando muito mais nos homens do que no objeto alcançado (AMOROSO,1936, p.249). E isso não envolve apenas cruzar braços e usufruir, devemos avançar além e cultivar a fé, a união da família e os direitos civis e sermos não apenas cidadãos, mas uma nação inteira útil e reta, não apenas observando os acontecimentos, mas alimentando-os com a disciplina que lutamos, a da igreja a que servimos.

E por isso mesmo podemos manter, no calor das lutas que dividem o Brasil de hoje, o equilíbrio de que tanto precisamos a nossa terra e o nosso tempo, não para nos conformarmos com as injustiças e os sofrimentos atuais, mas a fim de preparar, como dizia há pouco Pio XI, ao encerrando Ano Santo, a aurora de melhores tempos (AMOROSO,1936, p.249).

Após as vitórias e as comemorações relacionadas às conquistas católicas e do governo, muito ainda havia de ser feito para a efetivação das propostas e promessas anunciadas, para tanto os personagens que atuavam nesse novo cenário seriam de grande importância para o sucesso das novas deliberações alcançadas.

Com a saída de Francisco Campos, em julho de 1934, Gustavo Capanema assumiu no Ministério da Educação e Saúde Pública. Antes, Capanema fizera sua carreira política em Minas Gerais, iniciando sua vida pública como secretário do interior. Homem de confiança da igreja, que assumiu a tarefa de conciliar o projeto educacional e pedagógico da igreja com os propósitos do Estado. Como garantia dos propósitos indicados, nomeou Alceu Amoroso Lima como consultor direto do Ministro durante os onze anos de sua gestão e inesperadamente, Fernando de Azevedo, para o cargo de diretor nacional de Educação, uma das mais renomadas figuras do movimento pioneiro.

Segundo Schwartzman (2000, p.4), Capanema pretendia unir os embasamentos visionários da Escola Nova e conciliá-los com a orientação humanista da igreja Católica, dessa forma, reunindo os extremos, conseguiu agregar forças para a obtenção de um objetivo maior, poder legislar em função à cultura e à educação do país.

A reação de Alceu Amoroso Lima é enérgica e imediata, vazada em carta datada de 19 de março de 1935,

Nada tenho contra a pessoa do Dr. Azevedo, cuja inteligência e cujas qualidades técnicas muito admiro. Ele é hoje, porém, uma 'bandeira'. Suas ideias são conhecidas, seu programa de educação é público e notório. Sua nomeação seria, por parte do governo, uma opção ou uma confusão. E tudo isso eu teria que dizer de público (...) como prezo muito as posições definidas e já dei, há muito, a conhecer qual a minha atitude, em matéria pedagógica, não me seria possível continuar a trazer, ao Ministério da Educação, a pequena, mas desinteressada colaboração que até hoje lhe tenho dado, na hora grandiosa que você está empreendendo nesses domínios, caso se confirmasse essa nomeação, a meu ver, errada e inoportuna (SCHWARTZMAN, 1984, p.41)

Constituída a sua equipe, Capanema inicia os trabalhos à frente do Ministério da Educação e Saúde, sendo responsável, não apenas pela organização do seu ministério, mas também por uma série de projetos importantes de reorganização do ensino no Brasil. Segundo Schwartzman (1985, p. 26), o apoio dado por Capanema a grupos intelectuais e, mais especialmente,

a arquitetos e artistas plásticos de orientação moderna, contribuiu para cercar sua gestão de uma imagem de modernização na esfera educacional.

### **3.2 Proposições finais e os destinos após constituição de 1934**

Quanto a LEC que exerceu um papel fundamental em todo o processo de reestruturação da importância política da igreja no Brasil tinha em sua estrutura além de regulamentos institucionais, plano de desenvolvimento institucional, normas, resoluções, regimentos, dados estatísticos, apontando parâmetros para análise e entendimento das ações e projetos. Nesse sentido, Segundo AMOROSO (1936, p.175), em termos sociais, A LEC era distinta como um partido político, e quando refutavam essa ideia, citavam seu papel social, alegando ser a mesma coisa.

Sobre o manifesto dos pioneiros, após a constituição de 1934, passam a dar prioridade as mudanças sociais e deixam claro suas divergências contra as ideias liberais, também preconizam que suas influências quanto as bases educacionais estavam ligadas, também, as concepções marxistas (LEMME, 2004, pp.243-244). A proposta dos Pioneiros pós 34, continuava sustentada nas ideias ideológicas que marcaram a época e marcam ainda nos dias de hoje.

Segundo Montaño e Duriguetto (2011, p.118) a ideia de uma sociedade avançada, a presença de ideias socialistas, a revolução democrático-burguesa, a necessidade de uma educação universal e o de acesso a todos, sem as marginalizações do passado, ainda permeiam no campo educacional.

Quanto a Vargas, após a constituição, passa a sofrer com a oposição de políticos, principalmente os ligados a Câmara dos Deputados, que por meio de dispositivos, buscavam reduzir o poder do presidente. Por outro lado, uma minoria de governistas tentava proteger Vargas, mas estavam mais preocupados em manterem seus privilégios e reputação popular do que com o próprio presidente (SILVA, 1969b, pp.40–49). Vargas por sua vez, para garantir sua governança, decretou medidas de mais autonomia para os sindicatos e mais anistias para exilados políticos (MOURELLE, 2010, p.4).

Nesse ínterim, ocorrem manifestações importantes entre os insatisfeitos com o panorama político, destacando a Intentona Comunista, que aconteceu e se tornou como uma espécie de tabu de salvação para Vargas, que se aproveitou

das ações dos revoltosos para ordenar prisões dos envolvidos e até de simpatizantes, dando a Vargas um pretexto para decretar uma lei marcial (LEVINE, 2001, pp. 47 e 70).

O Estado ainda teve que enfrentar uma tentativa de golpe de Estado na investida de dissolver o congresso, desconsiderar a Constituição e retornar à situação política anterior quando era Governo Provisório (VARGAS, 1995, p. 438). No final de 35 a democracia passa a ser ameaçada, Vargas decretou um levante a situação política, decretou prisões e exilou inimigos políticos. Em novembro a oposição ameaçou a um derramamento de sangue caso Vargas se candidata-se para eleições de 1938, pois alegavam que a nação não suportaria dois quadriênios (MOURELLE, 2010, p.6).

Esses acontecimentos, deixou toda a situação anteriormente controlada em um ambiente de desconforto e insegurança que resultou no fim de uma constituição sofisticada e moderna, abolida por Getúlio Vargas com o intuito de manter-se no poder e restaurar a ordem (LEVINE, 2001, p.70).

Quanto a Alceu Amoroso Lima, inúmeros debates e ações em dimensões políticas, sociais e culturais, ganham uma nova roupagem e uma centralidade de dele próprio, efetivando extensões mais concretas frente ao laicato, retratado com publicações de artigos, revistas e jornais com o objetivo de politizar católicos e catequizar populações, conquistando uma posição proeminente para os leigos no panorama (COSTA, 2006, p.270).

Alceu Amoroso Lima tanto como professor, como crítico literário proporcionou uma ação pedagógica das suas ideias humanistas e em 1935, ocupou a cadeira de número 40 da Academia Brasileira de Letras (CURRY, 2010, p.36). Apesar das inúmeras insistências, recusou o convite do Ministro Capanema para assumir a cadeira de Ministro do trabalho em 1935 (CURRY, 2010, p.119).

Publica livros sobre o Humanismo Integral e passa a divulgar seus trabalhos como colaborador do Jornal Folha de São Paulo em 1958, assume o Conselho Federal de Educação em 1961 e se torna representante brasileiro leigo do concílio Vaticano no mesmo ano. Em seus escritos sempre debateu, criticou e afrontou o governo militar e lutou nesse período obscuro do Brasil para o retorno da democracia. Nos seus últimos trabalhos, se destaca a sua participação como membro da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz juntamente com o papa Paulo VI. Alceu Amoroso Lima faleceu em 1983 logo após a morte de sua mulher.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução de 1930 foi um evento excepcional no contexto histórico do Brasil, foi um movimento armado que resultou em grandes feitos políticos e sociais finalizando um período Republicano caótico e que na visão dos revoltosos, de nenhuma dimensão de desenvolvimento da nação. A organização política da República Velha, baseada na economia cafeeira, e na política dos governadores, é uma prova da incapacidade da oligarquia de comandar politicamente o país sem perder de vista a sua preponderância (MARTINS, 1982, p.674).

O Governo Provisório instalado em 1930, procurou de forma enfática reorganizar o país dissolvendo o congresso, as assembleias e o poder que os governadores arrogavam para si e Getúlio Vargas passa a exercer discricionariamente as funções de poder, de governo e de mudanças.

A escola teve uma importância estratégica, servindo aos interesses do Estado e da igreja, no mesmo tempo em que servia de instrumento para a formação moral da juventude, tornou-se também uma espécie de mecanismo de renovação no campo político, que a usou como uma bandeira na luta contra o liberalismo e o comunismo.

Alceu Amoroso Lima, por meio de ações simples e objetivas proporcionou condições para que militantes católicos ocupassem posições importantes num cenário histórico de transformações e intensas mudanças e na busca da restauração da igreja e sua reposição no contexto político no Brasil, ao mesmo tempo, combateu as ideias escolanovista de forma sofisticada se contrapondo as suas ideias laicas e de cunho marxista.

No início desse processo, podemos observar num primeiro momento, que Alceu amoroso Lima se escora nas convicções religiosas e políticas apreendidas por Jackson de Figueiredo que como mentor apresentou os primeiros indícios de sua futura missão em cartas correspondidas na década de 1920, onde Alceu começa a demonstrar motivação nas mensagens de Jackson.

Não sei ainda como vou responder ao teu artigo. Ele é tão sincero, tão honesto e tão profundo, evoca tanta coisa dentro de mim, que não sei bem o que vou dizer-te. Teu artigo não provoca uma resposta: pede alguma coisa de mais íntimo, de mais confiante. Estamos aqui falando de coração a coração, sem o demônio do leitor entre os dois (AMOROSO,1995, p.32).

Já no processo de conversão de Alceu Amoroso Lima, essas incertezas se amenizam, tanto na sua resistência a doutrina, quanto nas questões dogmáticas e o posicionamento político que a igreja buscava alcançar, foram superadas e já se harmonizavam.

Nem por um momento pense que magoou qualquer palavra tua. Ponho nossa amizade acima da vaidade das ideias. Você bem sabe que ação mais sensível que o meu espírito terá recebido provém de você, de suas ideias, de seu caráter e da segurança, às vezes paradoxal, dos seus pontos de vista [...] (AMOROSO, 1995, p.62.)

Jackson de Figueiredo foi catedrático e um importante intelectual que atuou no movimento católico leigo, coordenador do Centro Vital e da revista A Ordem, que divulgava a doutrina católica e promulgava o cristianismo no Brasil e no mundo, umas das bandeiras desse trabalho dizia respeito ao retorno da igreja católica no panorama político do país (CURY, 1988, p.16).

Ao aceitar o lugar de Jackson, Alceu amoroso Lima, adota essas lutas e juntou-se ao apoio à Revolução de 1930, onde se depara com um grande opositor, os pioneiros da escola nova que já constava nas graças de Vargas propondo um projeto de escola, pública e universal.

Alceu Amoroso Lima levantou-se contra o manifesto dos pioneiros que procurava entre outras coisas, uma educação laica, afastando a possibilidade de uma escola com os ensinamentos sagrados, que para a igreja, eram alicerces para a formação de uma educação concreta e era a via fundamental para seus objetivos políticos. A Educação Nova, quando sugere a concentração do ensino apenas nas mãos do Estado, contribui assim, para a implantação do regime comunista” (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000, p.58). Para a igreja, uma educação católica, permitiria que o cidadão se constituísse da moral e dos bons costumes, adjetivos fundamentais, que seria uma espécie de anulador das ideias comunistas implantadas pelos escolanovistas.

Alceu Amoroso Lima não apenas se limitou a criticar as ideias dos pioneiros, mas propôs difundir uma educação com propostas pedagógicas que iriam ao encontro de substanciais vertentes, que trariam de volta um homem até ali desgarrados de Deus ao seu princípio e, propostas organizadas em produção de cultura e educação no ideário católico numa filosofia e ética cristã (DAROS E PERREIRA, 2015, p.260).

Alceu Amoroso Lima articulou suas ideias pedagógicas no intuito de orientar num âmbito geral todos os envolvidos no processo histórico a ser

alcançado. A restauração da igreja no âmbito político, difundiu sua filosofia, sua pedagogia e seus preceitos humanísticos focado na recuperação do espírito humano e sua relação do ser nacionalista, fundamental para as ideias de uma nação verdadeiramente republicana e um dos principais focos de Vargas na revolução de 1930. Segundo Alceu Amoroso Lima (1931, p.1),

Quando as grandes figuras da revolução política de outubro começam a dar o seu testemunho sobre os factos, - também nós, adversário dos princípios revolucionários como elementos de progresso social, devíamos o nosso depoimento sobre a única revolução que defendemos – a revolução espiritual (AMOROSO, 1931, p.1).

Essa proposta pedagógica trouxe benefícios aos seus propósitos, pois durante o governo provisório restabeleceria nas escolas públicas o direito ao ensino religioso, o que seria o caminho para que o governo abraçasse seus objetivos.

[...] o ensino religioso nas escolas públicas, é um dos episódios mais significativos nessa luta pela emancipação espiritual da América, no século XX, que corresponde a um século de distância, às lutas do início do século XIX pela sua emancipação política (AMOROSO, 1931, p.4).

Quanto a restauração do homem de bem, Alceu Amoroso Lima considerava que o liberalismo, a proposta laicista e as ideias comunistas, contaminavam o pensamento e o caráter dos brasileiros, formadores das moralidades e projetores do nacionalismo. Para Alceu Amoroso Lima, os escolanovistas eram uma mera imitação de propostas pedagógicas estrangeiras. O que neste movimento era um perigo que ameaçava o caráter nacionalista proposta por Vargas. No primeiro momento os inimigos principais eram o liberalismo, a maçonaria e o positivismo, mas logo os comunistas assumem o lugar de adversários e se tornam os concorrentes mais perigosos”. (MOTTA, 2002, pp. 25–26). Portanto, os educadores católicos deviam se afastar, tanto da ideologia liberalista como das concepções pedagógicas norte-americanas e das ideias soviéticas, porque ambas descristianizavam a educação e o homem.

Já como secretário-geral da Liga Eleitoral Católica, atuou para que o instituto agisse dinamicamente no processo histórico de 1933, incentivando a participação de católico nas manifestações em prol a constituição de 1934, com consciência política e defendendo os princípios morais e nacionalistas nas propostas católicas, não apenas intercedeu os paroquianos, mas também os políticos a votarem nas emendas favoráveis à igreja (MORAIS, 1985, p.60).



Podemos considerar que Alceu Amoroso Lima de maneira efetiva, interveio nas ponderações de Vargas acerca das suas decisões em relação à igreja e o papel que ela poderia prestar diante do seu projeto de nacionalização, para isso contou com a ação efetiva de seus colaboradores, os laicatos, os leigos e a própria LEC. Em meio aos trabalhos para a constituinte, em 1933, o grupo enviou à assembleia reivindicações católicas, documentos e argumentos que apresentava os princípios que a igreja desejava ver sagrados na Constituição (SALEM, 1982, p.118)

Para Skalinski (2015, p.143), Alceu Amoroso Lima defendeu uma educação que trouxesse à tona potencialidades humanas de forma integral, de forma inerente a natureza humana, transformando e formando em cada cidadão um caráter naturalmente nacionalista e pretendia estampar essa proposta na constituição.

Alceu Amoroso Lima não se projetava como um político nem mesmo um especialista em política, apenas proferiu o cultivo de um espírito participativo e atuante nas suas campanhas e nas manifestações relacionadas ao convencimento político sobre a posição da igreja diante da nação, naquele contexto político de grandes alterações e efervescência culturais e sociais.

Podemos destacar que sua atuação resultou com excelência os objetivos católicos e se sustentou nas suas convicções. Alceu Amoroso Lima defendeu acima de tudo, uma ordem de coesão social, baseado nas suas profundas ligações com Jackson de Figueiredo e com sua relação com Dom Sebastião Leme que foram o receituário para compreendermos sua trajetória, desde a sua conversão até os fins de seus desígnios. Que tinha com princípios o reconhecimento da posição católica contra os males da sociedade - o liberalismo, o comunismo e o laicismo - que ele denominava uma espécie de cristianização de ídolos.

Andam agora a querer "cristianizar Marx". Como há vinte anos se procurou cristianizar Freud". Como no século passado procuraram cristianizar Darwin" ou mesmo "cristianizar Comte ou Hegel". Tarefas sempre vãs e contraproducentes. Santo Tomás não cristianizou Aristóteles, nem Santo Agostinho, Platão (AMOROSO,1965, p.61)

Segundo Cury (1988, p.188) para uma elite burguesa que fomentava a necessidade de uma formação técnica profissionalizante que conferia seus ideais capitalistas, a escola nova tornou-se um instrumento que capacitava a essa ideologia decadente, por outro lado o país precisaria de cidadãos que

tivesse na sua conduta o amor e o humanismo qualificações que somente um homem renascido em Deus poderia apresentar.

No que tange a Constituição, o Estado deu espaço para ambas propostas, que consistiam, na formação de um Estado supra ideológico e de uma nação nacionalmente católica. De um lado, temos os escolanovistas, que defendiam um desenvolvimento que demandasse uma educação escolar “prática”, formadora de cidadãos de acordo com suas aptidões e a força produtiva capaz de produzir a riqueza nacional (NAGLE, 1974, p.263). Do outro, educar constituía para os católicos, um artifício que envolve a criação, a direção e a instrução, pelas quais uma geração de homens renascidos em Cristo, difundissem no desenvolvimento daquele que se vai formar (VAN ACKER, 1930, p.17).

Nesse contexto podemos dizer que as cisões visivelmente insolúveis entre católicos e escolanovistas, dissolveram gradualmente na medida em que a própria igreja no decorrer do tempo, foi reorientando suas formas de proceder frente ao assim chamado mundo moderno. Não podemos apontar que a igreja católica se saiu vitoriosa desse debate, no entanto, atingiu seus objetivos ao ter suas demandas atendidas na constituição isso se deve pela questão de que tanto Estado como igreja estavam em busca do mesmo ideal em comum, a manutenção da ordem social.

Podemos afirmar que neste processo em toda sua dimensão, revela a defesa de que uma transformação deve ser pensada não por meio de um método específico ou doutrinário, mas algo tangível que não apenas fez Getúlio Vargas mudar sua posição acerca da igreja com muitos outros políticos que abraçaram a causa católica, pois naquele momento de importantes questões políticas e de troca de forças, havia uma legítima e uma esperançosa prática favorecendo o desenvolvimento da humanidade do homem e uma nação que fomentava progresso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, LUCIANO ARONNE DE; VANNUCCHI, MARCO AURÉLIO. *A era Vargas: (1930-1945)* – volume 1. Editora Ed.PUC-RS, 2021.
- AMOROSO, Alceu Lima. “Indicações”. *A Ordem*, dezembro/1930.1930. Disponível:  
[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276741168\\_ARQUIVO\\_ANPUH-RJGuilhermeArduini.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276741168_ARQUIVO_ANPUH-RJGuilhermeArduini.pdf). Acesso: 08/06/2023.
- AMOROSO, Alceu Lima. *Debates Pedagógicos. (Estudos de Filosofia da Educação)*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.
- AMOROSO, Alceu Lima. *Reivindicações Católicas. A Ordem*, Rio de Janeiro, vol. 67, n.º 1, janeiro de 1932.
- AMOROSO, Alceu Lima. *Debates Pedagógicos. (Estudos de Filosofia da Educação)*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.
- AMOROSO, Alceu Lima. *Indicações políticas: da revolução a constituição*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1936.
- AMOROSO, Alceu Lima. *Humanismo Pedagógico. Estudo de filosofia da Educação*. Rio de Janeiro: Stella Editora.1944.
- AMOROSO, Alceu Lima. *Mobilizemo-nos. A Ordem*. n. 34, p. 403-406, dez. 1932
- AMOROSO, Alceu Lima. *Em face do comunismo. A Ordem*. Rio de Janeiro, abr./mai.1946.
- AMOROSO, Alceu Lima. *Pela cristianização da idade nova*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.
- AMOROSO, Alceu Lima. *Idade, sexo e tempo*. 9 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1958.
- AMOROSO, Alceu Lima. *Pelo Humanismo Ameaçado*. Coleção Tempo Novo. Rio de Janeiro.1965.
- AMOROSO, Alceu Lima. Jackson de Figueiredo-correspondência Tomo II – Alceu Amoroso Lima; Jackson de Figueiredo. *Correspondência entre Alceu Amoroso Lima e Jackson de Figueiredo*. Tomos I; II. Rio de Janeiro: ABL, 1995.
- AMOROSO, Alceu Lima. *Correspondência entre Alceu amoroso lima e Jackson de figueiredo*. Tomos I; II. Rio de Janeiro: ABL, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*. 18. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Brasiliense, 1991.
- ATHÁIDE, Tristão de. *Debates Pedagógicos*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1931.

ATHAYDE, Tristão de. Absolutismo Pedagógico. *A Ordem*, Rio de Janeiro, ano 13, n. 26, abro 1932.

ATHAYDE, Tristão de. *O sentido de nossa vitória*. *A Ordem*, Rio de Janeiro, nº 52, p. 417-423, jun. 1934.

ATHAÍDE, Tristão de. *Primeiras Victorias*. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.51, maio de 1934.

ATHAYDE, Tristão de. O Sentido de Nossa Vitória. *A Ordem*, Ano XIV, Vol. XI, nº 52, jun. 1934.

BARBOSA, F. Conflito Trabalhista e uso da Justiça do Trabalho: Estudo de caso do município de Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Estudos Avançados em Educação, 2008.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a ideia da universidade*. São Paulo: Convívio/EDUSP, 1986.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização, In: Antônio F. Pierucci et alii. *O Brasil Republicano*, v. 11. 2.ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003. Disponível:

<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2147/1/anysiohenriqueneto.pdf>.

Acesso:25/04/2023.

BICUDO, Joaquim de Campos. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação (de 1931 a 1941)*. São Paulo: Associação dos Inspetores Federais de Ensino Secundário de São Paulo, 1942. Disponível:

<https://www.redalyc.org/journal/3519/351964735005/html/>. Acesso: 17\04\2023.

BONAVIDES, P; AMARAL, R. *Textos políticos da história brasileira. Vol. IV. República: Revolução de 1930 e Governo Provisório (1930-1934)* Brasília: Senado Federal, 2002.

BRASIL. Constituição (1934). Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso: 11/04/2023.

BRITO, Silvia Helena Andrade de. A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945). In: LOMBARDI, J. C. (Org.). *Navegando na história da educação brasileira*. 1ª Ed. Campinas: EDFE-UNICAMP, vol. 1, 2006. Disponível: [https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/silvia\\_h\\_a\\_de\\_brito\\_artigo\\_0.pdf](https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/silvia_h_a_de_brito_artigo_0.pdf).

Acesso: 04.08.2022.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada - Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890 - Publicação Original. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-330-12-abril-1890-524468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso:10/10/2023;

CAPELATO, Maria. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. IN: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves (orgs.) - *O Brasil Republicano, vol. 2*. RJ, Civilização Brasileira, 2003.

CARONE, Edgard. *A segunda república (1930-1937)*. 3. ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1973.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). 1987.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. Usos do impresso nas estratégias católicas de conformação do campo doutrinário da pedagogia (1931-1935). In: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 16, 1993, Caxambu. Anais ... Caxambu. Anped, 1993. Disponível: [https://anped.org.br/sites/default/files/caderno\\_anped\\_no.7\\_dez\\_1994.pdf](https://anped.org.br/sites/default/files/caderno_anped_no.7_dez_1994.pdf). Acesso: 10/10/2023.

CORREIO DA MANHÃ. A reforma eleitoral. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, n. 11.386, p. 4, 24 jan. 1932. Disponível: Zulini, Jaqueline Porto e Ricci, Paulo Código Eleitoral de 1932 e as eleições da era Vargas: um passo na direção da democracia? Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/6b3GwRtS5CjL3xNf3H65tw/#> Acesso:14 Set 2020.

COSTA, Marcelo da Silva Timotheo da. Um itinerário no século: mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2006.

CUNHA, Marcus Vinicius da. *A presença de John Dewey na constituição do ideário educacional renovador*. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 30, p. 77-91, dez. 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação nas Constituintes Brasileiras IN: BASTOS, Maria Helena C, STEPHANOU, Maria. História e memórias da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes,2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Alceu de Amoroso Lima*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1988.
- DAROS, Maria das Dores; PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. “A sociologia cristã e o pensamento de Alceu Amoroso Lima em um colégio católico de formação de professoras em Santa Catarina.” *Revista brasileira de história da educação*, Maringá-PR, v. 15, n. 1 (37), p. 235-267, jan./abr. 2015.
- DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCs: República, recatolicização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil: século XX*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: Edunesp, 1996.
- DEWEY, John IN: Robert B. Westbrook; Anísio Teixeira, José Eustáquio Romão, Verone Lane Rodrigues (org.). – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1895. Disponível: [https://www.academia.edu/42812885/John\\_Dewey](https://www.academia.edu/42812885/John_Dewey). Acesso:20 de abril de 2024.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MACHADO DE ASSIS. ESAÚ E JACÓ. 2013 Disponível: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/bn000030.pdf>. Acesso: 08/04/2023.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 16. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997.
- FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2006.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, M. M. A crise dos anos 20 e a revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves. (Org.). *O Brasil republicano (1 volumes)*. 1ªed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. Vargas: *o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONSECA, C. M. O., “*A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública: Marco da institucionalização da saúde pública no Brasil*”. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – Departamento de Pesquisa. Seminário Interno. (mimeo).1991

GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião – dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*, São Paulo: Attar Editorial, 2002.

H AidAR, Maria de Lurdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Universidade de São Paulo,1972.

HORTA, José Silverio Baia. *Direito à educação e obrigatoriedade escolar*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 104, p. 5-34, jul. 1994.

Leandro Garcia Rodrigues. O Itinerário Espiritual de Alceu Amoroso Lima Deserto e Êxtase da Fé. *Teoliterária*.V. 1 - N. 1 - 1º Semestre de 2011. Disponível:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/teoliteraria/article/view/22941/16609>.

Acesso: 16/08/2023.

LEVINE, R. M. *Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOPES, Raimundo H. O poder discricionário: ditadura e constitucionalização no Governo Provisório. In: RICCI, Paolo (org.). *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o código eleitoral de 1932*. Curitiba: Appris, 2006. Disponível: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7186>. Acesso:04.05.2022.

LUZURIAGA Lorenzo. *A Escola Única*, São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1934; Estevam Pinto, *O Problema da Educação dos Bem-dotados*, São Paulo: Companhia Melhoramentos,1933. DISPONÍVEL:

<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/view/206/296>. ACESSO: 30\12\2021.

MACHADO DE ASSIS. *Esau e Jacó*. Nova Fronteira. BVU, 2013.

MAINWARING, S. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. Tradução: Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINS, L. *A Revolução de 1930 e seu significado político*. In: *Revolução de 30. Seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação*

de *História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2016.

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, Classe e Movimento Social*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAIS, Regis de. *História e pensamento na educação brasileira*. Campinas: Papyrus, 1985.

MORENO, J. C. *Inventando a escola, inventando a Nação: discursos e práticas em torno da escolarização paranaense (1920-1928)*. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/74799/D%20-%20D%20-%20JEAN%20CARLOS%20MORENO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Acesso: 12/02/2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/ Editora da USP, 1974.

NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história*. Rio de Janeiro, RJ:Funarte, 2001.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. A ciência e o indiferentismo religioso – artigo publicado em 13 de julho de 1930 – O Legionário, edição n. 61 (1930). Disponível:

[https://www.pliniocorreadeoliveira.info/LEG%20300713\\_Aci%C3%AAnciaeoindeferentismoreligioso.htm](https://www.pliniocorreadeoliveira.info/LEG%20300713_Aci%C3%AAnciaeoindeferentismoreligioso.htm). Acesso: 24/09/2023.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos 1930: as incertezas do regime. O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo / organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado*. - 6ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PIO XI (PAPA). *Divini Redemptoris: sobre o comunismo ateu* (1937). São Paulo: Paulinas, 1965.



PIO XI (PAPA). *Quadragesimo Anno* (1931). 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2001. p. 51. IN: ALCEU AMOROSO LIMA E AS POSTURAS POLÍTICAS NA IGREJA CATÓLICA BRASILEIRA (1930-1950).1929. Disponível: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2958>. Acesso: 30/07/2023.

PIO IX (papa). *Syllabus; carta encíclica de sua santidade o Papa Pio IX contendo os principais erros da nossa época, notados nas alocuções consistoriais, encíclicas e outras letras apostólicas do nosso Santíssimo Padre, o Papa Pio IX*. 18 mar. 1861. Disponível em <https://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/silabo/> .Acessado em 04/09/2023.

REIS, Elisa Maria Pereira. *O estado nacional como ideologia: o caso brasileiro*. *Revista Estudos Históricos – CPDOC*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-203, 2. sem.1988. Disponível: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2166>. Acesso:04.08.2022.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes Da. *Educação conformada: a política pública de educação no brasil: 1930-1945*. Juiz de fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2000.

RODRIGUES Leandro Garcia. *O Itinerário Espiritual de Alceu Amoroso Lima Deserto e Êxtase da Fé*. Teoliterária.V. 1 - N. 1 - 1º Semestre de 2011. Disponível: <https://revistas.pucsp.br/teoliteraria/article/view/22941>. Acesso: 16/08/2023.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil* (1930 / 1973). ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

SALEM, Tânia. Do Centro Dom Vital à Universidade Católica" in

SANTOS, C. X. ***Nossa Senhora de Medianeira Rogai Por Nós***. *A Relação do Estado Novo com a igreja católica através dos círculos operários no Rio Grande do Sul (1937-1945)*. 195f. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2008.

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1986.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. Ed. Campinas: Autores Associados. 2011.

SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969a.

SILVA, Hélio. *1934 – A Constituinte*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1969b.

SOUZA, Mauro Ferreira de. *A Igreja e o Estado: uma análise da separação da igreja católica do estado brasileiro na constituição de 1891*. 2008. 212 f. Dissertação (Mestrado em Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon(org.) *Universidade e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, CNPq. 1982.

SCHWARTZMAN, Simon. *Gustavo Capanema e a educação brasileira*. in “Gustavo Capanema: Política, Educação e Cultura”, seminário organizado pela Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, com o apoio do Ministério da Educação e do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, agosto de 2000. Disponível: <https://ia800304.us.archive.org/31/items/GustavoCapanemaEAEducacaoBrasileira/Educacaobrasileira.pdf>. Acesso: 10/10/2023.

SCHWARTZMAN, Simon. *Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação*. in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, volume 66, nº 153, p.265/72, mai/ago, 1985.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Edusp, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SCHWARTZMAN, S. *A política da Igreja e a educação: o sentido de um pacto*. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 1, mar. 1986.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SEGATTO, José Antônio. *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. *A democracia prometida: o processo político brasileiro, da Assembleia Nacional*. Biblioteca Nacional – Setor de Periódicos, 2010. Disponível:

[https://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1275660444\\_ARQUIVO\\_ANPUHTextoIntegralThiagoCMourelle.pdf](https://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1275660444_ARQUIVO_ANPUHTextoIntegralThiagoCMourelle.pdf)

SOIHET, *Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas*. In: Revista Estudos Feministas. Vol.5, Nº1, 1º semestre de 1997. Disponível: Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12558/0>. Acesso: 04.05.2022.

SKALINSKI Junior, O. *Alceu Amoroso Lima e a Renovação da Pedagogia Católica no Brasil (1928-1945): uma proposta de espírito católico e corpo secular*. Curitiba: CRV, 2015.

SOBRAL PINTO. A Ordem. Rio de Janeiro: Centro Don Vital, n. 43, set. 1933. Disponível: <https://centrodomvital.com.br/nova-serie-no-41-novembro-e-dezembro-de-1933/>. Acesso: 04/10/2023.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira; Origem e Desenvolvimento*. S. Paulo: Brasiliense, 1986.

TEIXEIRA, Anísio S. *Educação para a democracia: introdução à administração educacional*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. IN: Adriana Dias de Moura. Contribuições de Paschoal Leme e Anísio Teixeira no contexto da política educacional brasileira Disponível:

[https://www.academia.edu/42952941/IX\\_Semana\\_de\\_Hist%C3%B3ria\\_Pol%C3%ADtica\\_UERJ](https://www.academia.edu/42952941/IX_Semana_de_Hist%C3%B3ria_Pol%C3%ADtica_UERJ). Acesso: 25/04/2023.

TORREND, C. *A crise atual*. A Ordem, Rio de Janeiro, ano 13, n. 23, p. 9-30, jan. 1932.

VAN ACKER, L. Filosofia Pedagógica. A Ordem. n. 8, p. 12-23, ago. 1930.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil IV. Retorno à terra natal. Confraternização sul-americana. A revolução comunista. Novembro de 1934 a julho de 1937*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1937.

VARGAS, Getúlio. Carta de Getúlio Vargas a Borges de Medeiros datada em 29/09/1930. Arquivo Getúlio Vargas, GV, 30.07.29. IN: FERREIRA, Manieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.